

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
FACULDADE FEDERAL DE RIO DAS OSTRAS
INSTITUTO DE HUMANIDADES E SAÚDE
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

BÁRBARA LIZ KRAMMER SOARES

População de rua e a carência de políticas públicas específicas no município
DE RIO DAS OSTRAS.

RIO DAS OSTRAS

2017

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
FACULDADE FEDERAL DE RIO DAS OSTRAS
INSTITUTO DE HUMANIDADES E SAÚDE
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

BÁRBARA LIZ KRAMMER SOARES

População de rua e a carência de políticas públicas específicas no município de Rio das Ostras.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense de Rio das Ostras – UFF/Rio das Ostras - RJ

ORIENTADOR: Professor Felipe Mello da Silva Brito

RIO DAS OSTRAS

2017

BÁRBARALIZ RAMMER SOARES

População de rua e a carência de políticas públicas específicas no município de Rio das Ostras.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense de Rio das Ostras – UFF/Rio das Ostras - RJ

Monografia aprovada em: ____/____/____

Banca examinadora

Orientador: Professor Dr. Felipe Mello da Silva Britto
Universidade Federal Fluminense

Professor Dr. Bruno Ferreira Teixeira
Universidade Federal Fluminense

Convidada. Giselly Leão de Oliveira
Assistente Social

Dedico esse trabalho a todos os homens e mulheres que hoje se encontram em situação de rua, em qualquer lugar desse país, e aos profissionais da área de assistência e saúde, que buscam por um atendimento melhor e mais humano para cada pessoa que busca a rua como um local para constituir um lar, longe das pressões da sociedade capitalista que vivemos.

AGRADECIMENTOS:

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, por ter permitido que eu chegasse até aqui, pois foram muitas lutas em meu caminho, muitas aprovações de vestibular e desvios no meu trajeto que retardaram esse momento, mas como Deus é bom, perfeito e agradável, fez com que tudo acontecesse em seu devido tempo, e colocou pessoas maravilhosas em minha vida para poder enfrentar todos os desafios que foram lançados a mim. Por isso, toda honra e glórias sejam dadas a Deus em primeiro lugar!

Em segundo lugar, agradeço ao meu marido Paulo Simeão e familiares que contribuíram grandiosamente para esse momento. Ao marido que me encorajou e lutou ao meu lado para que eu conseguisse cursar a tão sonhada faculdade pública, que sempre entendeu os finais de semana dispensados por trabalhos, preparação para provas, ataques de stress que antecedia todos os momentos cruciais dos períodos, enfim a todos os momentos que me apoiou nessa jornada. A minha família que deixei em Belo Horizonte, MG, para poder trilhar os meus sonhos, agradeço pela força, pela torcida, pois mesmo estando longe de mim me apoiou em cada decisão tomada. A saudade de vocês tornou-se combustível para minha formação, e agora me sinto muito obrigada à minha mãe, que intercede por mim todos os dias, meus irmãos que aprenderam a conviver com a saudade que sentimos uns pelos outros, a meu sobrinho que, em pouco tempo de vida, ainda não teve oportunidade de conhecer a tia mineiroca que ele tem, e ao meu pai que hoje não está mais presente, mas pôde ter o orgulho de falar que sua filha cursava uma faculdade pública, a qual ele sempre nos preparou e sonhou que seus filhos frequentassem. PAI, você foi a pessoa em que me inspirei para nunca desistir dos meus sonhos, e me levantar a cada tombo, me reerguendo e seguindo em frente com determinação e confiança.

E agradeço a todos os meus amigos, de dentro e de fora da faculdade, que permaneceram ao meu lado durante essa jornada, pois aqueles que perdi nessa caminhada não eram amigos e sim apenas telespectadores da minha vida, que nem sempre torceram por mim. Agradeço ao casal Magali e Gustavo, por me ajudarem a ter finais de semanas menos pesados e carregados, pois dividiram comigo o fardo pesado de uma tripla jornada de dona de casa, trabalhadora e estudante, na preparação de churrascos e quitutes para enfrentar longas jornadas de estudo, a

minha amiga Paula por me fazer dar gargalhadas em momentos de desespero, como quando perdi meu primeiro relatório do estágio, ao amigo Carlos Otávio que me auxiliou nas dúvidas com relação à consistência e concretização do meu trabalho, Luciana Rezende sempre respeitando o seu tempo, nos ensinou a sermos pacientes e descansar em Deus, Sandra Regina que me abraçou como mãe, e que compartilhou comigo tantas experiências vividas, a Samara Luiza que com sua postura elegante de bailarina, nos surpreendia com sua tranqüilidade antes das provas mais cabeludas que nos esperava, entre tantas outras amigas que a faculdade me deu de presente, e que passaram a fazer parte da minha vida, mas o meu muito obrigada a minha amiga e irmã Damiane Ferraz, que no momento em que todos me viraram as costas por causa de uma disciplina que todos temiam ser reprovados, me deixaram para trás, mas Deus em sua perfeita sabedoria me deu de presente essa amizade tão especial, que nunca deixou que eu desistisse, sempre me acalmou em momentos de pânico que criei, principalmente nesse momento final da caminhada, que tudo parece ficar mais distante do fim: minha amiga não tenho palavras pra descrever o quanto você foi e é importante na minha formação!

Agradeço ainda as minhas mães, pais, irmãs e irmãos de coração que encontrei por esse caminho, minha mãe Zânia, que me incentivou a tentar o vestibular para poder vir morar em Rio das Ostras, para correr atrás dos meus sonhos, a minha mãe Bethe Mesquita e meu pai Carlos Pires que me mostraram a mulher que sou de verdade e puxaram as orelhas do “genro” quando foi preciso, e minha mãezinha querida Aronilce, que cuidou de mim quando estive operada, que me deu o seu ombro para chorar minhas decepções e minhas tristezas, e que me alegra a cada dia com uma mensagem de incentivo e de força... Obrigada ao amor e carinho dessa imensa família que fiz tão longe da minha família de verdade, ficamos longe geograficamente, mas ninguém separa vocês do meu coração.

Não poderia deixar de agradecer ao meu professor orientador, que me acompanha desde o primeiro período de faculdade, na disciplina de Filosofia nos trazendo exemplos com os, “bate entopes”, que na verdade tinha dificuldade de entender aqueles exemplos, até mesmo porque não sabia o que era. Uma pessoa que recebeu o tema que eu queria abordar de braços abertos, um tema pouco abordado dentro do curso e até mesmo nas bibliografias disponíveis. Obrigada Felipe Brito, por cada minuto debruçado sobre meu trabalho, obrigada por me direcionar nessa caminhada ao rumo de minha formação, pois sem seus

ensinamentos, suas sugestões e seu direcionamento possivelmente eu não estivesse aqui nesse momento apresentando meu trabalho de conclusão.

Agradeço ainda a todos os professores da Universidade Federal Fluminense que contribuíram para minha formação, através dos ensinamentos e orientações que foram dadas ao longo destes seis longos anos.

Agradeço a minha querida supervisora de estágio, Kamila Assumpção que me mostrou a realidade do ser profissional do Assistente Social, e que me fez buscar por mais conhecimento e respostas para as perguntas que iam surgindo durante minha caminhada. Agradeço todas as profissionais do Serviço Social que encontrei ao longo do meu caminho Giselly Leão, Shirley, Tatiana, Célia Regina, entre outras, levarei comigo cada orientação recebida por vocês.

Aqueles no qual não citei nome, mas que foram de extrema importância em minha vida nesses últimos seis anos, meu muito obrigado, levo cada um de vocês em meu coração para onde quer que a profissão escolhida me leve!

O meu muito obrigado a todos vocês!

“É exatamente o legado de direitos conquistados nos últimos séculos que está sendo desmontado nos governos de orientação neoliberal em uma nítida regressão de cidadania que tende a ser reduzida às suas dimensões civil e política, erodindo a cidadania social.” (IAMAMOTO 2009)

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo abordar o tema pessoas que vivem em situação de rua como uma expressão da questão social que emerge das relações capitalistas de produção e das formas políticas hegemônicas desse modelo societário. Visando apenas o lucro como objetivo final, a sociedade capitalista leva milhões de pessoas a buscarem as ruas como um novo lar, em decorrência de um complexo de fatores. Como foco espacial adotaremos o município de Rio das Ostras. Assim, apresentaremos os resultados dos estudos realizados sobre o enunciado proposto no município de Rio das Ostras, bem como analisaremos as políticas públicas voltadas para a população de rua do município. Dessa maneira, visando também contribuir para a formação acadêmica e profissional, conhecendo a atuação do Serviço Social nesse contexto, pois a profissão tem como prioridade a defesa dos direitos da classe trabalhadora, especialmente no que se refere aos setores mais vulnerabilizados.

Palavras-chave: Pessoa em situação de rua; Capitalismo; Questão Social; Serviço Social. Rio das Ostras.

ABSTRACT

This paper aims to address the issue of people living on the street as an expression of the social issue that emerges from the capitalist relations of production and the hegemonic political forms of this societal model. Aiming only for profit as a final goal, capitalist society leads millions of people to seek the streets as a new home, due to a complex of factors. As a space focus we will adopt the municipality of Rio das Ostras. Thus, we will present the results of the studies carried out on the proposed statement in the city of Rio das Ostras, as well as analyze the public policies aimed at the city's street population. In this way, aiming also to contribute to the academic and professional formation, knowing the work of the Social Service in this context, since the profession has as priority the defense of the rights of the working class, especially with regard to the most vulnerable sectors.

Keywords: Person in street situation; Capitalism; Social issues; Social service. Oysters River.

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| Introdução..... | 12 |
| Capítulo 1: Pessoa em situação de rua – expressão complexa e heterogênea da questão social..... | 16 |
| Capítulo 2: Situação de rua e as Políticas Sociais..... | 21 |
| 2.1- Problemas, contradições e desafios das políticas de prestação de saúde voltada à população em situação de rua | 29 |
| 2.2- Problemas, contradições e desafios das políticas de abrigo..... | 32 |
| 2.3. Os desafios, contradições e potencialidades do trabalho do Assistente Social na busca da reintegração da população de rua na sociedade | 42 |
| 2.4.- Políticas de redução de danos funcionam? Um estudo de caso do Programa Braços Abertos, de São Paulo..... | 45 |
| Capítulo 3: A materialização da situação de rua como desdobramento da questão social no município de Rio das Ostras | 51 |
| 3.1- Desafios do Serviço Social frente à população em situação de Rua em Rio das Ostras..... | 56 |
| Considerações finais | 73 |
| Referências Bibliográficas..... | 76 |

INTRODUÇÃO COM RELATO DE EXPERIÊNCIA

O presente trabalho de conclusão de curso tem como objetivo apresentar a conjuntura da População em Situação de Rua e as dificuldades e desafios por ela enfrentados no município de Rio das Ostras pela precariedade no acesso às políticas públicas e aos serviços da rede de proteção social e de saúde. A escolha do tema nasceu da vivência obtida no período de Estágio Obrigatório, que ocorreu entre os anos de 2013 e 2014, no Pronto Socorro Municipal de Rio das Ostras, unidade de Urgência e Emergência.

No entanto, minha inquietação sobre a situação em que as pessoas se encontravam nas ruas vem de muito antes do período de estágio, ou seja, foi quando eu retornava à minha casa da faculdade, em meio ao meu percurso diário, que observava todas as noites, um senhor que vivia em situação de rua, e tinha escolhido a marquise de uma loja como sua moradia. Além de um dado ao mesmo tempo intrigante e relevante para minha pesquisa: o número expressivo de atendimentos aos moradores em situação de Rua no Pronto Socorro, que estava naquele momento se tornando uma questão crescente no município, na qual eu questionava quais as políticas que foram desenvolvidas para eles, quais seus direitos, entre outras questões que me afligiam.

Foi, então, que, a partir da inserção na realidade do concreto/construído, no cotidiano de trabalho do Assistente Social do Pronto Socorro, pude expandir meu conhecimento, buscando no relato da experiência vivida construir uma questão investigativa que originou na busca de compreender como a expressão da questão social que envolve a população em situação de rua é tratada pelas políticas sociais no município de Rio das Ostras.

Desse modo, no período de estágio, aproximei-me mais da realidade dos indivíduos que vivem em situação de rua, pois muitos deles procuram atendimento emergencial para terem onde dormir, tomar banho e comer. Em um dos atendimentos, reconheci um semblante familiar: o senhor que sempre via nas minhas caminhadas noturnas de retorno à minha casa, o senhor da marquise. Nesse momento, consegui manter um diálogo com ele, e, nessa oportunidade, ele me contou o motivo por estar na rua: disse que ali ele conseguia realizar vários “bicos” para os comerciantes daquela região, e, com isso, ganhava o seu “dinheirinho”, e por isso ele não queria sair dali, garantindo seu sustento ao menos durante o dia.

Em meio à sociedade capitalista em crescente transformação, o local onde ele passava as noites foi demolido, retirando seu local de permanência noturna.

Intrigada com essa situação busquei obter mais informações. Ainda nesse diálogo ele me relatou como os indivíduos em situação de rua são desprovidos dos direitos constitucionais básicos. Foi então que comecei a construir os pilares do meu trabalho de conclusão de curso, onde queria descrever para conhecimento público se o município de Rio das Ostras possui ou, ao menos, implementa as políticas sociais voltadas a esse público: qual o órgão da assistência que atende essa população; se existe um abrigo ou uma casa de passagem para atendimento a população de rua; se existe um restaurante popular para garantir uma refeição para eles; se possui algum projeto social desenvolvido pelo órgão responsável, que atenda essa população.

Desse modo, fui atrás de algumas respostas nas quais encontrei algumas dificuldades em obtê-las. Lamentavelmente, maquiagem a realidade do município parece ser mais cômodo para o Poder Público municipal. Nessa jornada realizei algumas entrevistas com as Assistentes Sociais do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). A primeira entrevistada não demonstrou interesse em me receber e, conseqüentemente, em passar dados reais da atual população em situação de rua do município; a mesma levou nossa conversa para relatos de realidades de municípios vizinhos que possuem as políticas voltadas para essa população, demonstrando um desinteresse do município de Rio das Ostras com essa área. Uma segunda entrevista realizada com outra Assistente Social foi bem diferente do quadro anterior. Obtive acesso às informações que precisava. A profissional, além do mais, mostrou-me todo o trabalho que é desenvolvido pela instituição. Diante das duas entrevistas havia um denominador comum: Rio das Ostras está engatinhando com as políticas sociais necessárias para atuar e direcionar aos moradores em situação de rua do município. As profissionais enfatizaram a necessidade de políticas públicas específicas que o município não disponibiliza, por não possuir, e a falta que isso pode acarretar no atendimento a essa parcela da população.

Com isso, depois de refletido o contexto da realidade cotidiana e a entrevista, foi que no final do meu projeto de pesquisa percebi que o município está longe de poder promover um atendimento e acolhimento de qualidade para os moradores em situação de rua, e o meu intuito com este Trabalho de Conclusão de Curso é

compreender a necessidade de uma política pública específica voltada para esse público; qual o papel do governo; quais canais de atendimento que podem viabilizar melhores condições de trabalho e um atendimento qualificado, como assistência e saúde; e qual o papel da sociedade, que também é responsável por essa população.

Assim, para melhor compreensão, o trabalho se subdividiu em três capítulos na busca de conhecer a realidade da população de rua do município de Rio das Ostras, e o que se faz para compreender, minimizar e trabalhar com essa expressão da questão social.

O capítulo 1, denominado “**Pessoa em situação de rua – expressão complexa e heterogênea da questão social**” traz o contexto e desdobramento histórico da População de Rua no Brasil, proporcionando – nos uma aproximação da realidade por eles vivida, quem é, como surgiu o movimento, quais os desafios, dificuldades e contradições que essa expressão da questão social traz para o profissional do Serviço Social.

Já no segundo momento, o capítulo 2 - **Situação de rua e as Políticas Sociais**, serão apresentadas algumas políticas sociais específicas que foram desenvolvidas para essa população e a sua aplicabilidade para amenizar o sofrimento daqueles que, por inúmeras razões, adotaram a rua como lar, apresentando ainda as dificuldades enfrentadas pela População em Situação de rua no recebimento da política de saúde, como são tratados e acolhidos, quais os recursos que essa política possui para com eles, entre outros desafios encontrados por essa parcela da população que busca construir uma nova identidade para voltar à sociedade civil. Nesse capítulo, registramos os resultados da nossa pesquisa acerca de uma experiência muito interessante junto a parcelas do segmento população em situação de rua – o Programa “De Braços Abertos”, desenvolvido na cidade de São Paulo. Esta pesquisa foi desenvolvida com o intuito de construir mediações dignas e eficazes para o enfrentamento de um dos problemas que aflige parte das pessoas em situação de rua – a dependência de drogas.

E no terceiro capítulo - **A materialização da situação de rua como desdobramento da questão social no município de Rio das Ostras** - será apresentado o estudo realizado no município recorte, como funcionam as políticas públicas que o mesmo dispõe para essa população, o funcionamento ou não das mesmas. E é nesse terceiro momento que apresentarei os desafios enfrentados pelo profissional de Serviço Social do município. Com isso, o trabalho de conclusão de

curso tem também por objetivo elucidar as dificuldades e problemas enfrentados pelos Assistentes sociais que realizam seus trabalhos em unidades de saúde e na área da assistência, na tentativa de garantir a população de rua seus direitos de cidadãos, através das políticas oferecidas ou não pelo município de Rio das Ostras.

Assim, buscaremos contribuir, singelamente, na construção de respostas aos questionamentos referentes à situação em que a população de rua se encontra e se estabelece no município, demonstrando em que grau as políticas sociais estão implementadas em Rio das Ostras, dando maior visibilidade aos profissionais de Serviço Social.

Capitulo1: Pessoa em situação de rua – expressão complexa e heterogênea da questão social.

Em uma cultura discriminatória e excludente imperante na sociedade capitalista contemporânea brasileira, pretende-se destacar o surgimento do fenômeno população em situação de rua, como mais uma expressão da questão social. Nesse sentido, vivencia-se um crescimento em massa das pessoas que se encontram em situação de rua que é um marco histórico do desenvolvimento social e estruturação do capitalismo como modo de produção, exploração e desencadeador de desigualdades sociais.

Desse modo, a partir de uma visão macro da sociedade capitalista, o crescimento das desigualdades sociais tem sido cada vez maior, onde uma de suas expressões é a situação dos moradores de rua, bem como a extrema vulnerabilidade social da qual eles têm sido alvos, como atos de violência, que exprimem a barbárie existente na atual sociedade brasileira, chama-nos a atenção para o recorte dessa realidade no município de Rio das Ostras, campo de pesquisa sobre essa expressão da questão social.

Desse modo, para se pensar essa situação vivida por um número expressivo da sociedade, recorre-se ao seu conceito ainda pouco interpretado. A partir dele as análises evidenciam-se e se tornam estratégias importantes para mapear a ocorrência desses fatos e os impactos na vida das pessoas que nessa situação se encontram.

Tratado num contexto social de grupo heterogêneo, ROSA (2005) e SILVA (2009) analisam a “população em situação de rua” como um fenômeno heterogêneo e complexo. Assim o termo “população em situação de rua” deve se destinar a pessoas que buscam a rua como lar, uma moradia, devido a diversos fatores, como desemprego, doenças etc. São grupos de pessoas fragilizados, debilitados, em situação de extrema pobreza, e que, em geral, não conhecem seus próprios direitos. Segundo ROSA (2005) e posteriormente SILVA (2009), população em situação de rua é:

[...] um segmento heterogêneo de trabalhadores progressivamente alijados do mercado de trabalho formal, que exercem atividades profissionais intermitentes e instáveis, de baixa remuneração, e não tem residência fixa, vivem a alternância da moradia em pensões, em albergues e nas ruas da cidade e, para se alimentar, valem-se de pontos de distribuição de comida ou de centros de assistência social. Para estas pessoas, viver nas ruas significa, hoje mais do que antes, expor-se a precárias condições de vida e de trabalho e à violência policial e das ruas, agravada pela presença cada vez mais avassaladora do crack. (ROSA, 2005, p. 36)

[...] um grupo populacional heterogêneo, mas que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a

inexistência de moradia convencional regular, fatores que obrigam seus integrantes a procurar logradouros públicos (ruas, praças, jardins, canteiros, marquises e baixos de viadutos), as áreas degradadas (dos prédios abandonados, ruínas, cemitérios e carcaças de veículos) como espaço de moradia e sustento, por contingência temporária ou de forma permanente, ainda que utilizem albergues para pernoitar, abrigos, casas de acolhida temporária ou moradias provisórias. (SILVA, 2009, p.136).

Essa designação também é tratada pela Secretaria Nacional de Assistência Social, que caracteriza a população em situação de rua como um grupo populacional mesclado, composto por diferentes realidades e por pessoas diferentes, que apresentam fatores frequentes, como a condição de pobreza crônica, falta de moradia convencional regular, desemprego, vínculos fragilizados ou quebrados entre familiares, violência, doença mental, dependência química, dentre outros. Nessas condições os indivíduos são forçados a utilizar a rua como meio de sobrevivência, onde encontram “moradia” e “sustento”, podendo ser de uma forma temporária ou, até mesmo, permanente.

Esses e outros desdobramentos da questão social ocorrem devido à sociedade capitalista, ser atravessada pela produção de mercadoria para que seja transformada em capital. A partir disso, intensificaram os conflitos entre os trabalhadores e empregadores, ou seja, entre a classe operária e classe burguesa, acentuando fortemente a questão social, que foi e continua sendo motivo da luta de classes. Tratando-se, portanto, de expressão complexa, heterogênea e dramática da questão social.

Outra mazela que afeta esse segmento de pessoas em situação de rua é a ocupação do solo urbano, fundada na lógica capitalista de apropriação privada do espaço mercantilizado. Isso faz com que a renda dos trabalhadores não seja suficiente para que todos adquiram espaços adequados para habitação. Aliás, a quantidade de trabalhadores sem acesso à moradia regular digna é muito elevada no país. Diante desse quadro, recorrer à rua torna-se uma resposta bastante acionada para os problemas habitacionais.

Sendo assim, o surgimento da população em situação de rua também é resultado de uma resposta da exclusão do mercado de trabalho, que tem afetado uma grande parcela da população. Estudos realizados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, no período de 2007 a 2008, constatou que o perfil dos moradores de rua é constituído majoritariamente por homens entre os 25 e 44 anos que nunca tiveram oportunidade de frequentar a escola ou que não

conseguiram concluir o ensino fundamental, sendo esses homens, na sua grande maioria, pardos e negros e que trabalham informalmente ganhando em torno de 20 a 80 reais semanais, como no estudo citado, realizando algum tipo de serviço nas ruas, sinais e praças.

Logo, considera-se população em situação de rua um grupo populacional diverso, composto por pessoas com realidades diferentes, que, em geral, passa por situação crônica de pauperismo e dificuldade de encontrar vínculo formal de trabalho. São indivíduos que, em muitos casos e em algum momento da vida, exerceram alguma atividade laboral, e construíram suas respectivas identidades sociais. Porém, em virtude de algum acontecimento impactante afastaram-se dessa identidade social (e de seu subjacente projeto de vida), decaindo, muitas vezes (com o devido cuidado de não generalizar e estereotipar), no uso excessivo de álcool e demais drogas e adotando a rua como ponto de referência.

Como se vê, a população “em situação e rua” é definida a partir de sua pobreza, da interrupção de vínculos familiares e pela inexistência de moradia regular convencional – atributos de desposseção – além de ser também caracterizada pela utilização de serviços de acolhimento ou moradia temporária ou provisória, isto é, pela dependência de agente e instituições. (SCHUCH; GEHLEN, 2012, p 19)

Há também outro perfil para quem vive na rua, que são aquelas pessoas que chegaram às grandes cidades e não conseguiram uma colocação no mercado de trabalho nem um local de moradia e, com isso, passam a utilizar de bancos de rodoviárias, praças e locais públicos que tenham movimento para lhes garantir o mínimo de segurança. Tem ainda aquele grupo de “andarilhos” que perambulam por bairros ou cidades, solitariamente, não se apegando a grupos ou abrigos.

Contudo, os dados estimativos de população de rua não são evidenciados de forma a esclarecer e demonstrar o quanto essa realidade é incipiente e ao mesmo tempo relevante para a sociedade e para profissionais de Serviço Social que atuam diretamente nos rebatimentos e desdobramentos que essa latente expressão da questão social tem ocasionado na sociedade. Pois, fica aparente que não é de interesse público realizar estudos e levantamentos que possam atualizar os dados quantitativos da população de Rua no Brasil, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) que passou a divulgar estimativas dessa população a partir de 1991. Segundo o site do instituto essa estimativa é lançada anualmente, mas não existem números específicos para essa população em particular, pois eles não computam devido à falta de referência de moradia. Os dados mais concretos dessa

população são gerados através de pesquisas realizadas por municípios ou universidades, caso tenham interesse em realizar algum estudo.

Assim, tomando por base os conceitos de população em situação de rua bem como seus gêneros e formações e a precariedade de dados é que se desenvolverá o primeiro capítulo.

Dando prosseguimento, é importante considerar que a luta da classe trabalhadora é um movimento que permeou toda a dinâmica histórica da sociedade capitalista. Com isso, sabemos que a questão social sempre esteve presente na sociedade capitalista, e que enquanto existir essa sociedade também existirão as expressões da questão social. Logo, também continuará tendo a contradição existente entre Estado, mercado, sociedade e direitos, pois ainda se tem o crescimento progressivo de desemprego, pobreza, miserabilidade, entre outras questões que assolam a sociedade, levando muitas vezes um contingente cada vez maior de pessoas a procurarem as ruas como trabalho, moradia e consolo.

Apesar das respostas à questão social por meio das políticas governamentais, a definição dominante tendia a restringi-la às suas refrações. Nesse sentido, cada uma das suas conseqüências era entendida como sendo também uma questão social sinônimo de problema social. Era assim que se percebia a miséria, o desemprego, o êxodo rural etc. No Brasil, essa tendência da interpretação da sociedade à questão social levava à formulação de respostas emergenciais e focais para cada uma de suas refrações, aumentando o rigor do acesso aos serviços e tornando-os cada vez mais seletivos. (SOARES; COSTA, 2013, p. 91)

Outros elementos são importantes para afirmar que a situação de rua é uma expressão da questão social em diferentes contextos que transpassam uma pessoa que se encontra na rua, além das desigualdades sociais geradoras dessa a situação. Diversos fatores contribuem para uma pessoa se instalar na situação de rua. Na contemporaneidade uma forte crise assola a sociedade, e vem se arrastando com diferentes cenários, crise política, crise social, crise econômica etc., o que fez gerar um exército de reserva de mão obra muito grande, ocasionando, também, escassez nas perspectivas de inserção no mercado de trabalho que acaba colaborando para que um número crescente de pessoas sejam postas à margem da sociedade.

Além de estarem intimamente ligados às questões de alcoolismo, da drogadição, de problemas de saúde mental, física, emocional, abandono dos vínculos familiares, etc., que faz com que essa combinação de elementos leve a pessoa para rua sem querer retornar à sua vida anterior, seja por vergonha,

desestimulação, fracasso, causando uma resistência na própria pessoa fazendo-os adotar características de migrantes. Importante frisar, entretanto, que essa caracterização deve ser feita com muito cuidado para não gerar uma estereotipação/estigmatização das pessoas reais que compõem o segmento de “situação de rua”.

Assim, nesse contexto de exclusão social o fator pobreza é o que intensifica o crescente número de pessoas que se encontram em situação de rua, fazendo com que a sociedade provoque um estigma para com as pessoas que vivem nas ruas, criando uma relação de medo, criminalidade, indiferença para com eles.

Contudo vemos que as expressões da questão social acontecem no processo de acumulação do capital que rebatem diretamente na classe trabalhadora e que corroboram com o crescimento da população em situação de rua que passa a ser vítima dos desdobramentos da questão social, como fome, desnutrição falta de habitação, aumento do desemprego, da pobreza social e intelectual e de mínimas condições de saúde, fazendo com que dentro desse contexto de descontinuidades - desemprego e pauperismo - venham se tornar a realidade da grande maioria dos (ex) trabalhadores, acentuando e manifestando, assim, características graves da questão social como o aumento da violência, criminalidade, falta de segurança, além do desprovimento de direitos.

Assim, o que acontece é que em meio a essa conjuntura muitos que se encontram nas ruas buscam-na como alternativas para sua sobrevivência. Pois sabemos que o morador de rua é um sujeito de direitos e deveres como qualquer outra pessoa pertencente à sociedade, mesmo que esta não o reconheça tal.

Diante do atual momento histórico, no enfrentamento da questão social, é imprescindível tecermos alianças com os movimentos sócias, fomentando a organização coletiva que possa se impor contra o poder hegemônico na conduta ética profissional em defesa dos direitos humanos. Nesse sentido, não focar no coletivo seria paliativo, pois possibilitar que os usuários construam ações coletivas é também possibilitar que se reconheçam enquanto sujeitos sociais e políticos. (PIZZATO, 2012, p.84)

Com isso, podemos afirmar com veemência que a situação de rua é uma manifestação e reflexo de uma sociedade contraditória e excludente marcada por contextos históricos de desigualdades, pauperização e marginalização.

A rua pode ter pelo menos dois sentidos: o de se constituir num abrigo para os que, sem recurso, dormem circunstancialmente sob as marquises das lojas, viadutos ou banco de jardim ou pode constituir-se em um modelo de vida, para os que já têm na rua o seu habitat e que estabelecem com ela uma complexa rede de relações [...]

[...] Ficar na rua reflete um estado de precariedade quem, além de estar sem recursos para pagar pensão, não consegue vaga em um albergue. Rejeitam violentamente a identificação com o morador da rua, procurando distanciar-se dele. Estar na rua expressa a situação daquele que desalentados, adotam a rua como local de pernoite e já não a consideram tão ameaçadora. Tentam se diferenciar dos moradores de rua apresentando-se como trabalhadores desempregados. Ser da rua. Nas situações anteriores é possível alternar a rua com outros lugares de residência e com trabalhos diversos. Este processo torna-se mais difícil à proporção que aumenta o tempo na rua. De forma geral, o indivíduo vai sofrendo um processo de depauperamento físico e mental em função de má alimentação, precárias condições de higiene e pelo uso constante de álcool. Essa população está também exposta a toda sorte de violências vindas da polícia, dos próprios companheiros e do trânsito. Nesse caso, o emprego regular torna-se impossível, acentuam-se os laços com os grupos da rua e ela torna-se espaço praticamente definitivo de moradia. (BEZERRA, 1992, p. 59)

Posto isso, a partir dos conceitos de Bezerra (1992), “à proporção que aumenta o tempo de rua”, a pessoa se torna estável na condição de morador deste universo. Sendo possível identificar diferentes situações para sua permanência na rua, pois estar na rua para essas pessoas não é uma opção, pois muitas vezes não têm como pagar por um lugar para ficar. Por outro lado, contraditoriamente, ficar na rua pode servir como um refúgio e suposto controle da sua vida e situação, mesmo que essa conjuntura seja de precariedade.

Conseqüentemente, ser da rua constitui-se, sim, mais uma das expressões da questão social, que exige intervenção do profissional de Serviço Social para atuar nos seus diferentes desdobramentos ampliando seu campo de conhecimento, exigindo uma busca constante de estudos visando qualificar o fazer profissional, uma vez que, na bibliografia atual, o tema tem pouca visibilidade.

Capítulo 2: Situação de rua e as Políticas Sociais

Historicamente pensar as políticas sociais remete-se ao Estado de bem estar social (Welfare State), quando o Estado se responsabiliza pela política econômica do país administrando funções de proteção social para os indivíduos da sociedade, como educação, saúde, e previdência.

Entretanto, com o desenvolvimento econômico e social, nota-se uma diminuição da participação do Estado social, que ocorre com maior frequência em países onde a desigualdade social tem uma proporção exacerbada, o que gera grandes diferenças nas condições de vida da sociedade, a exemplo do Brasil.

Dentre várias expressões da questão social desencadeada pela transformação da sociedade com a emergência do sistema de produção capitalista,

as desigualdades sociais presentes na sociedade contemporânea, a situação de rua é um assunto latente e pouco incipiente e que necessita de mais visibilidade.

Dessa forma a expressão da questão social da população em situação de rua, se manifesta em um grupo populacional diverso, composto por pessoas com realidades diferentes, mas que possuem um ponto em comum, que é a pobreza absoluta e a falta ou exclusão à sociedade formal, homens e mulheres, famílias inteiras, jovens, adolescentes e grupos, que em algum momento de suas vidas exerceu alguma atividade laboral, no qual contribuiu para a construção de sua identidade social, mas devido algum acontecimento na vida desse indivíduo, como perda de um emprego, ou até mesmo de um ente familiar, provoca a decadência de algum laço afetivo, causando um afastamento do projeto de vida, o aproximando do alcoolismo, do uso de drogas, no qual passa a ter rua como ponto de referência e moradia.

Nesse sentido, quem vive na rua, são pessoas pauperizadas, desprovidas de direitos, que estão muitas vezes à margem da sociedade e em situação de risco e vulnerabilidade social.

Ainda com relação à característica dessa população, temos a questão de gênero, onde a grande maioria desse público é masculino, pois para as mulheres ainda existe uma dificuldade em permanecer nas ruas devido as suas necessidades básicas, higiene íntima e questões de violências sexuais por exemplo, mas que para muitas não é empecilho. O que para o homem, é tratado como sobrevivência e fuga da situação/problema imediato.

A expressão da questão social das pessoas em situação de rua, não é um fato que ocorre apenas no Brasil, conforme Simões Júnior (1992).

[...] desde a antiguidade, já eram registrados grupos habitando as ruas e vivendo quase que exclusivamente da mendicância. Apesar de o fenômeno ter várias conotações ao longo da História, morar na rua sempre esteve relacionado ao espaço urbano. A civilização grega e o Império Romano também geravam pessoas vivendo nas ruas; na Idade Média, há notícias, inclusive, de uma certa “profissionalização” da situação de rua. Já, na Era Industrial, sabe-se que teria havido repressão generalizada à difusão de atividades ligadas à vagabundagem e à mendicância. (SIMÕES JUNIOR, 1992, p 20.)

Nesse sentido, a visibilidade da população em situação de rua marca um dado momento histórico devido às lutas sociais que ocorrem nos últimos anos, década de 1970, pois até então o desinteresse do Estado pelas pessoas que vivem

nessas condições, voltava-se apenas pela compaixão e assistencialismo e outras vezes com repressão, preconceito e violência.

Esse cenário começou a ter uma modificação no final dos anos 1980 início dos anos 1990, com a implementação da Constituição Federal de 1988, que passou a considerar os direitos sociais como direitos fundamentais de todos os cidadãos brasileiros, e com a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), que reconheceu a assistência social como política pública.

No Brasil, é somente no final dos anos 1980, a partir da Constituição de 1988, que o país começa, ainda de forma muito lenta, a instituir políticas de assistência social, e também as políticas voltadas para a população de rua no Brasil. O poder público brasileiro passou a prestar atenção nessa parcela muito vulnerável da população em virtude da ascensão das mobilizações e lutas sociais na década de 1960 contra a ditadura, por uma democratização efetiva da sociedade brasileira. Nesse contexto, inclui-se a reivindicação da assistência social como direito e não como filantropia.

O prolongamento das lutas setoriais gerou o Fórum Nacional de Estudos sobre População de Rua, em Belo Horizonte, em 1993, onde instituições governamentais e não governamentais se uniram para criação de políticas públicas para pessoas em situação de rua. Em 1995 ocorreu o grito dos excluídos, que foi outro evento organizado por entidades, sindicatos, ONG's e partidos políticos progressistas, que tinha o intuito de denunciar a exclusão social sofrida por cada indivíduo. Outros eventos supra-institucionais também ocorrem nesse período, dando maior visibilidade a esta expressão da questão social que está cada vez mais latente na sociedade brasileira.

Entretanto, foi no início do século XXI, mais precisamente no ano de 2004, que foi aprovado a Política Nacional de Assistência Social (Resolução CNAS nº 145, de 15 de outubro de 2004), que atribui à Proteção Social Especial ao atendimento da população em situação de rua. No ano seguinte, em 2005, cria-se o Movimento Nacional da População de Rua (MNPR), que teve como cerne o ato aterrorizante de violência que ocorreu em São Paulo, em 2004, que deixou 15 feridos e 7 mortos, impulsionando a criação de Políticas Públicas específicas para os moradores de rua e contribuindo para a realização do I Encontro Nacional de População em Situação de Rua.

Foi assim, a partir desse Encontro que começou o desenvolvimento da Política Nacional para a População em Situação de Rua, além de elementos para a formulação do texto da Lei nº 11.258, de 30 de dezembro de 2005, que altera a LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social), inserindo o atendimento especializado e específico para a população em situação de rua.

Art. 23. Entendem-se por serviços socioassistenciais as atividades continuadas que visem à melhoria de vida da população e cujas ações, voltadas para as necessidades básicas, observem os objetivos, princípios e diretrizes estabelecidos nesta lei.

§ 1º O regulamento instituirá os serviços socioassistenciais.

§ 2º Na organização dos serviços da assistência social serão criados programas de amparo, entre outros:

I – às crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social, em cumprimento ao disposto no art. 227 da Constituição Federal e na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

II – às pessoas que vivem em situação de rua.

(LEI ORGÂNICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - LOAS)

Tendo isto em vista, no período entre 2010 a 2012, outras portarias de extrema importância foram criadas para a população em situação de rua, como a Portaria nº 843, de 28 de dezembro de 2010, que prevê o cofinanciamento federal, por meio do Piso Fixo de Média Complexidade – PFMC, os Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua, em que são contemplados municípios com população superior a 250.000 habitantes, a Portaria nº 2.488/GM/MS, de 21 de outubro de 2011, que estabelece a Política Nacional de Atenção Básica e que prevê Equipes de Consultório na Rua – e CR; e a Portaria nº 122/GM/MS, de 25 de janeiro de 2011, que define as diretrizes e organização dos Consultórios na Rua. Portaria nº 139, de 28 de junho de 2012, que altera a portaria nº 843, da disposição do cofinanciamento federal, por meio do Piso Fixo de Média Complexidade – PFMC entre outros. Vale salientar que em 2011, o Ministério do Desenvolvimento Social elaborou a Série “SUAS e População em Situação de Rua”. Sendo cofinanciado pelo governo federal que dispõe:

[...] sobre o cofinanciamento federal, por meio do Piso Fixo de Média Complexidade - PFMC, dos serviços socioassistenciais ofertados pelos Centros de Referência Especializados de Assistência Social - CREAS e pelos Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua, e dá outras providências.

[...] Art. 2º Os recursos do Piso Fixo de Média Complexidade - PFMC serão utilizados para o cofinanciamento dos seguintes serviços socioassistenciais de proteção social especial, conforme Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais: I - Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI; [...]

III - Serviço Especializado em Abordagem Social; e
 IV - Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua. Parágrafo único. Os serviços referidos nos incisos I a III devem ser ofertados pelos Centros de Referência Especializados de Assistência Social - CREAS e o serviço referido no inciso IV deve ser ofertado pelo Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua. (BRASIL. Portaria Nº 843, 2010).

A Portaria nº 2.488, prevê ao morador de rua o direito a atenção básica de saúde, disponibilizando o atendimento básico através do consultório de rua:

Equipes de atenção básica para populações específicas:

1. Equipes do consultório na rua

A responsabilidade pela atenção à saúde da população de rua, como de qualquer outro cidadão, é de todo e qualquer profissional do Sistema Único de Saúde com destaque especial para a atenção básica. Em situações específicas, com o objetivo de ampliar o acesso destes usuários à rede de atenção e ofertar de maneira mais oportuna a atenção integral à saúde, pode-se lançar mão das equipes dos consultórios na rua que são equipes da atenção básica, compostas por profissionais de saúde com responsabilidade exclusiva de articular e prestar atenção integral à saúde das pessoas em situação de rua.

As equipes deverão realizar suas atividades, de forma itinerante desenvolvendo ações na rua, em instalações específicas, na unidade móvel e também nas instalações de Unidades Básicas de Saúde do território onde está atuando, sempre articuladas e desenvolvendo ações em parceria com as demais equipes de atenção básica do território (UBS e NASF), e dos Centros de Atenção Psicossocial, da Rede de Urgência e dos serviços e instituições componentes do Sistema Único de Assistência Social entre outras instituições públicas e da sociedade civil.

As equipes dos Consultórios na Rua deverão cumprir a carga horária mínima semanal de 30 horas. Porém seu horário de funcionamento deverá ser adequado às demandas das pessoas em situação de rua, podendo ocorrer em período diurno e/ou noturno em todos os dias da semana.

As equipes dos Consultórios na Rua podem estar vinculadas aos Núcleos de Apoio à Saúde da Família e, respeitando os limites para vinculação, cada equipe será considerada como uma equipe de saúde da família para vinculação ao NASF.

Em Municípios ou áreas que não tenham consultórios na rua, o cuidado integral das pessoas em situação de rua deve seguir sendo de responsabilidade das equipes de atenção básica, incluindo os profissionais de saúde bucal e os núcleos de apoio a saúde da família (NASF) do território onde estas pessoas estão concentradas.

Para cálculo do teto das equipes dos consultórios na rua de cada município, serão tomados como base os dados dos censos populacionais relacionados à população em situação de rua realizados por órgãos oficiais e reconhecidos pelo Ministério da Saúde. (BRASIL. Portaria Nº 2.488, 2011)

Ainda em 2012, Ministério da Saúde começa a investir em unidades de atendimentos destinados a essa população em alguns municípios do Brasil, e confeccionou o manual sobre o cuidado da saúde ligado à população em situação de rua, que prevê:

Este manual inaugura um novo marco na atenção à saúde da População em Situação de Rua (PSR) no Sistema Único de Saúde (SUS). Em que se pretende ampliar o acesso e a qualidade da atenção integral à saúde dessa população. Sendo a atenção básica um espaço prioritário para o fortalecimento do cuidado e a criação de vínculo na rede de atenção à saúde,

possibilitando sua inserção efetiva no SUS, tendo como porta de entrada prioritária na Atenção Básica (AB) as equipes do Consultório na Rua. O Ministério da Saúde (MS), ao eleger como modelo a criação de uma política pública de saúde para a população em situação de rua em convergência com as diretrizes da atenção básica e a lógica da atenção psicossocial com sua proposição de trabalhar a redução de danos, assume legitimamente a responsabilidade da promoção da equidade, garantindo o acesso dessa população às outras possibilidades de atendimento no SUS, com a implantação dos Consultórios na Rua. (Ministério da saúde, 2012)

Em 2013, o Conselho Nacional de Assistência Social, através da Resolução nº 09, de 18/04/ 2013, que orienta no Reordenamento dos Serviços de Acolhimento Institucional e para os Serviços de Acolhimento em República para Pessoas em Situação de Rua.

Dispõe sobre critérios de elegibilidade e partilha dos recursos do cofinanciamento federal para a expansão qualificada do ano de 2013 dos Serviços Socioassistenciais de Proteção Social Especial para o Serviço Especializado em Abordagem Social, Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua; para o Reordenamento dos Serviços de Acolhimento Institucional e para os Serviços de Acolhimento em República para Pessoas em Situação de Rua. (Ministério do Desenvolvimento Social, e Combate à Fome, Brasil, 2013)

Esses avanços institucionais vão ao sentido de considerar o indivíduo em situação de rua como sujeito de direito, que demanda políticas públicas específicas. Isso exige, ainda, uma conceituação mais delimitada e consistente da “situação de rua”. Um dos marcos mais importantes desta definição é descrito no Decreto 7.053 de 23 de dezembro de 2009, que regulamenta a Política Nacional para a população em situação de rua e também cria um Comitê Intersetorial de acompanhamento e monitoramento:

Parágrafo único. Para fins deste Decreto, considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória. (Decreto Nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009).

Contudo, isso não quer dizer que o marco legal acima tenha estabelecido uma definição única. Na verdade, proporcionou uma direção no que diz respeito aos direitos desses indivíduos, que foram criados para atender uma parcela específica da sociedade. Por isso, é necessário a definição de características e particularidades das pessoas que são o foco desta política específica e também dos direitos que lhes cabem.

Observa-se assim como é recente a luta por direitos e melhorias nas condições de vida dessas pessoas que foram levadas a adotar a rua como lar. Mesmo diante dessa árdua caminhada, não é raro que essas pessoas tenham seus direitos violados pelo próprio poder público, com a participação ou anuência de setores da sociedade civil.

Assim como aconteceu na preparação das cidades para a Copa de 2014 e Olimpíadas de 2016, na qual foi realizada uma “higienização” nos locais públicos. Ao que tudo indica Rio das Ostras também praticou tal “limpeza”, pelo menos nas vésperas da Copa de 2014.

Por vivermos em um modelo de sociedade marcado pela supervalorização do capital e pela desigualdade social, a quebra do respeito aos direitos adquiridos - como o direito a vida, saúde, segurança, educação, moradia digna, entre outros que foram conquistados com a implementação da Constituição Federal de 1988 - banalizou-se. Nessa fratura de direitos fundamentais, a população em situação de rua encontra-se em situação especialmente vulnerável.

Segundo Fragella (2009) dois motivos específicos ampliam essa vulnerabilidade. O primeiro está vinculado à falha que existe na constituição de uma rede de atendimento que permite uma comunicação entre os diversos personagens que estão envolvidos na questão, que seria uma ausência de comunicação, ou seja, falta de intersetorialidade, marcado por “uma espécie de vazio comunicativo na dimensão do debate institucional que cerca este universo.” (FRAGELLA, 2009, p. 68). O segundo motivo é proveniente da diversidade do perfil dos moradores em situação de rua, pois em sua pesquisa a autora traz como tema a personificação da população de rua, priorizando alguns elementos como “estar na rua”, de modo que as instituições, municipais, estaduais, federais e a própria sociedade civil, não debatam a questão em si.

O fato é que já são quase 30 anos e pouco se fez para tornar realidade algumas iniciativas públicas que seriam destinadas especificamente para essa população, tanto na área da assistência, saúde e segurança, que atuam de forma precária e indireta. Dessas três políticas, a que possui um pouco mais de recurso, mas mesmo assim é fortemente fragmentada, é a Assistência Social, que possui alguns projetos sociais e equipamentos urbanos.

[...] na árdua e lenta trajetória rumo à sua efetivação como política de direitos, permanece na Assistência Social brasileira uma imensa fratura entre o anúncio do direito e sua efetiva possibilidade de reverter o caráter cumulativo

dos riscos e possibilidades que permeiam a vida de seus usuários. Pois, [...] trata-se de uma população destituída de poder, trabalho, informação, direitos, oportunidades e esperanças. (YASBEK, 2004, p. 22 e 26).

A realidade vivida por esses moradores de rua nos permite dizer que eles sofrem todos os tipos de violação, tanto de seus direitos civis como direitos humanos. Incluindo o direito à moradia que está diretamente relacionado a essa parcela da população, e que deveria ser analisada de forma diferente, principalmente com relação à sua forma de vida, propondo moradias conforme a realidade em que eles estão inseridos. Pois essas políticas públicas, que tem o dever de auxiliar as pessoas que delas necessitam, são deficientes, e não garantem direitos, apenas amenizam e preenchem as necessidades básicas paliativamente que uma pessoa precisa para sobreviver. Que segundo Behring (2003):

[...] tratou-se, na verdade, de uma contrarreforma do Estado, uma vez que é fundamentada pela ideologia de um Estado mínimo numa perspectiva de desmonte dos direitos, reconfigurando a política social a partir do trinômio descentralização, privatização e focalização [...] (BEHRING, 2003, p.155)

Aliás, um dos agravantes das debilidades das políticas sociais voltadas à população em situação de rua diz respeito ao conhecimento precário da realidade de vida dessas pessoas, fazendo com que não atinja a demanda proveniente dessa parcela da população e formando uma camada de estereotipação e noções fragmentadas superficiais que ofusca as reais demandas provenientes desses indivíduos.

Vale salientar que com tantas adversidades no cotidiano essa população tem uma propensão muito grande de desenvolver problemas de saúde crônicos, devido às condições de vida em que eles vivem. Assim vários tipos de doenças acabam acometendo esses indivíduos, como a AIDS, doenças sexualmente transmissíveis, tuberculose (que também já é comum naqueles que são soro positivo), doenças de pele, doenças respiratórias entre outras.

Outro aspecto relevante é sobre a política pública de segurança voltada para esse público que além de não o proteger, promove estigmatização, criminalização e marginalização, assim como afirma Wacquant (1999):

[...] a doutrina da "tolerância zero", instrumento de legitimação da gestão policial e judiciária da pobreza que incomoda - a que se vê a que causa incidentes e desordens no espaço público, alimentando, por conseguinte, uma difusa sensação de insegurança, ou simplesmente de incômodo tenaz e de inconveniência -, propagou-se através do globo a uma velocidade alucinante. E com ela a retórica militar da "guerra" ao crime e da "reconquista" do espaço público, que assimila os delinquentes (reais ou imaginários), sem-teto, mendigos e outros marginais a invasores estrangeiros - o que facilita o

amalgama com a imigração, sempre rendoso eleitoralmente.
(WACQUANT, 1999, p 19)

Assim, tendo em vista todo o processo de construção e desenvolvimento dessa latente e emergente expressão da questão social, pode-se dizer que as políticas públicas são ineficientes e fragmentadas, o que tem feito com que o trabalho de ONG's e de instituições religiosas venham ganhando grande proporção, o que para estudiosos, pesquisadores e Assistentes Sociais, preocupam-se com essa situação, pois essas instituições atuam de uma forma paliativa e muitas vezes, sob a perspectiva de filantropia ou caridade. Decerto, algumas até conseguem proporcionar a essa população mesmo que minimamente alguns recursos, como alimentos, roupas, cobertores, e em alguns casos, oferecem abrigos noturnos, albergues, entre outros. No entanto, sabemos que as políticas sociais voltadas a eles devem ser tratadas rigorosamente sob a perspectiva de direitos.

2.1- Problemas, contradições e desafios das políticas de prestação de saúde voltada à população em situação de rua.

Com tantas adversidades cotidianas enfrentadas pela população de rua, vale salientar que elas estão sujeitas a desenvolver de forma tendenciosa problemas de saúde crônicos, devido às condições de vida em que vivem. Assim, vários tipos de doenças acabam acometendo esses indivíduos, como a AIDS, demais doenças sexualmente transmissíveis, tuberculose (que também já é comum naqueles que são soro positivo), doenças de pele, doenças respiratórias, dentre outras.

Podemos dizer que um dos maiores problemas enfrentados na área da saúde que atinge a maioria dessa população está relacionado às doenças mentais em geral, muitas das vezes vinculadas à dependência de substâncias psicoativas, mas não só isso. Pessoas com doenças nervosas e psicoses, fazendo com que o número de pessoas que vivem na rua com doenças psíquicas seja muito maior do que o se imagina. Isso torna esse segmento populacional alvo da Política de Saúde mental. Mas, devido à falta de recursos e estrutura de instituições e hospitais voltados para doenças mentais, não se consegue atender o público da dita sociedade normal, e muito menos o da sociedade excluída.

Observamos, com isso, que o atendimento oferecido a essa população é, na maioria das vezes, discrepante com a realidade do morador de rua, não apenas no âmbito da saúde mental, mas em todos os serviços oferecidos pelo SUS. Existem

certas exigências, como por exemplo, comprovação de residência, incompatível com a situação de rua. Isso contribui para a inviabilização desse segmento que vive em condições instáveis e precárias.

Em tratamentos específicos com pacientes portadores do HIV e tuberculose torna-se mais difícil para eles se adequarem às exigências das instituições, devido à falta de moradia e vínculo familiar, o que acaba agravando muitas vezes o estado de saúde do indivíduo, e até propiciando o contágio aos colegas e levando ao óbito dos mesmos, por doenças em que o SUS oferece tratamento de qualidade, mas não para essa parcela excluída da sociedade.

Os tratamentos para dependentes químicos também transitam na mesma situação de ineficiência para essa população. O álcool e as drogas são habituais nas ruas, e fazem parte da realidade de quem vive nela, às vezes na tentativa de amenizar a fome, o frio, ou até mesmo para se sociabilizar. Snow e Anderson (1998, p. 81) concluem que o uso de álcool e drogas é considerado uma questão de práticas culturais, que acabam compondo o modo de vida de quem escolhe a rua como lar. Entretanto, o fato de estarem em abstinência, é uma grande barreira a ser vencida por essas pessoas, mesmo que sua sobrevivência dependa disso.

Diante dos fatos apresentados, vemos que os serviços de saúde não estão preparados para o atendimento e acolhimento dessa demanda de usuários, nem em consultas espontâneas e tampouco em casos específicos, pois o preconceito e a discriminação estão presentes no atendimento a essa população, que foram fatos vivenciados também no campo de estágio. Exemplos dessa indiferença são as exigências que fazem quanto ao banho do indivíduo para poder receber o atendimento, o indivíduo tem que estar acompanhado para receber atendimento, dentre outras coisas absurdas que são solicitadas aos que vivem em situação de rua.

Outra relevância a considerar, é que para se viver na rua é necessário malabarismo para se ter no mínimo algumas necessidades básicas supridas, além de ajudas paliativas da rede de Assistência, de comunidades como igrejas, ONGs e a população em si. As necessidades básicas do ser humano se constituem em higiene, alimentação, vestuário, abrigo e as necessidades fisiológicas, e são essas necessidades básicas que muitos municípios não têm condições de oferecer para a população de rua que se encontra ali, como é o caso de Rio das Ostras. Já em alguns municípios vizinhos esses serviços são oferecidos pela política de assistência

social. Na maioria das vezes esse suporte oferecido não alcança a qualidade ideal devido à falta de espaços, verbas, funcionários, dentre outros, fazendo com que não proporcionem um serviço de qualidade. E quando esses serviços são oferecidos enfrenta outro desafio, o de número de vagas; atendimentos limitados por dia; problemas que vivemos no nosso cotidiano.

Infelizmente a cultura brasileira entende que política assistencial se resume em programas para pobres e destinados a eles, pois muitos enxergam a assistência social como uma benfeitoria, caridade e não como direito do indivíduo, conforme regulamentado na Constituição de 1988.

Devido aos entraves travados cotidianamente, como os supracitados, bem como aos recursos limitados que a política de assistência recebe para implementação de serviços voltados para seus usuários, nesse caso como a população em situação de rua, e até mesmo devido às normas impostas ao acesso desses serviços, os moradores de rua acabam por não utilizá-los, buscando outras ferramentas para sua sobrevivência, como: a mendicância para conseguir se alimentar, que para isso buscam locais públicos como praças que possuam chafarizes para também se banhar e lavar suas roupas.

Em algumas vezes esses moradores de rua são acolhidos por pessoas ou famílias, proprietários ou funcionários de estabelecimentos comerciais, que acabam “apadrinhando” alguns deles, dando-lhes um local para dormir, restos de alimento, água e, em alguns casos, pequenos serviços para que essas pessoas possam realizar e, em troca, receberem alguma gorjeta, assim como ocorria com o senhor que eu via em minhas caminhadas noturnas, que fazia pequenos trabalhos para a proprietária da Q’Bela¹.

Como os moradores que vivem em situação de rua têm sido algo crescente nos municípios, vêm surgindo grupos de voluntários que saem à noite em busca dessas pessoas e levam até eles comida, agasalhos, cobertores, dentre outros, para amenizar o frio e a fome. Segundo os profissionais do Serviço Social, essas ações de solidariedade acabam prejudicando a procura dos serviços que a política de assistência disponibiliza, e contribui também com outro fator de manter essas pessoas na rua fazendo com que eles não busquem alternativas para sair das mesmas.

¹ Loja de Cosméticos no centro de Rio da Ostras/RJ.

Entretanto, se, por um lado, essa solidariedade pode ser prejudicial ao trabalho da política pública de assistência, por outro se revela como essencial, pois, como já falamos os recursos para essas políticas públicas são muito limitados e nem sempre são de interesse público. O que dificulta ainda mais é que os municípios não podem contar com os recursos federais, pois não existe renda federal específica e exclusiva que seja destinada a essa finalidade, fazendo com que os governos estaduais também se distanciem dessa problemática, ficando a cargo dos governos municipais destinarem alguma verba para essa área, o que torna a implementação de recursos da área de assistência ainda mais difícil.

Vê-se que a miséria contribui para que os laços afetivos e culturais sejam rompidos, gerando abandono, fragmentação de relações e de identidades. A perda de laços afetivos e comunitários compromete a vida das pessoas, especialmente do ponto de vista da sua saúde mental. Tais fatores, portanto, acabam compondo o quadro geral de falta de pertencimento e desfiliação social. (COSTA, 2005, p. 13)

Por isso, a garantia da convivência entre essa população também é um desafio, pois em atendimento com os Assistentes Sociais é necessário que sejam assegurados a privacidade e individualidade no atendimento. Cada um deve ser tratado em conformidade com a realidade de vida, e de acordo com as perspectivas da mesma.

2.2- Problemas, contradições e desafios das políticas de abrigo.

A política de assistência social é uma política que visa garantir direitos para quem dela necessitar sem previa contribuição para isso. Ou seja, para que os direitos de cada indivíduo possa ser alcançado é necessário que eles estejam articulados com a rede de proteção social através dos serviços e/ou políticas oferecidas pelos Centros de Referência Social e Especializado, (CRAS) e (CREAS), no caso do morador de rua, Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), onde são atendidos os indivíduos com demandas de violação de direitos.

O acolhimento realizado pelo CREAS é feito por profissionais aptos para a realização do trabalho social que possui aparatos como reuniões com a rede estabelecendo contato com as demais instituições que constituem a rede de assistência de cada município, e a articulação entre as demais secretarias, como saúde e segurança que podem garantir uma melhor eficácia do trabalho realizado.

No caso do atendimento aos moradores em situação de rua, esse primeiro momento de atendimento e acolhimento é realizado, - não necessariamente é uma regra, pois o usuário pode vir encaminhado de outras instituições, como CRAS, Prontos Socorros, etc., - no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), ou seja, o primeiro contato desse indivíduo para a busca de seus direitos ocorre, em uma instituição direcionada à essa demanda, quando o município tem essa abrangência e dispõem de políticas públicas como abrigos, albergues, centros POP's entre outras ferramentas.

Os agentes sociais podem encaminhar esses indivíduos para as instituições que irão acolher suas necessidades e garantir-lhes direitos, o que no município pesquisado, Rio das Ostras, contatou-se, que o mesmo se fragiliza no atendimento a essa população devido à falta de oferta de políticas sociais voltadas a essa parcela da população, restando apenas os canais que são disponibilizados pelo CREAS, acolhimento e atendimento psicossocial.

Desse modo, a realidade do município estudado, se contrasta com estudos apresentados sobre o atendimento do Serviço Especializado para a população em situação de rua que está disposto na tipificação nacional de serviços socioassistenciais de 2009, caracterizando como média complexidade, sendo que os serviços oferecidos são para aqueles que utilizam a rua como local de moradia e sobrevivência, o que Rio das Ostras oferece parcialmente.

NOME DO SERVIÇO: SERVIÇO ESPECIALIZADO PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA

DESCRIÇÃO: Serviço ofertado para pessoas que utilizam as ruas como espaço de moradia e/ou sobrevivência. Tem a finalidade de assegurar atendimento e atividades direcionadas para o desenvolvimento de sociabilidades, na perspectiva de fortalecimento de vínculos interpessoais e/ou familiares que oportunizem a construção de novos projetos de vida.

Oferece trabalho técnico para a análise das demandas dos usuários, orientação individual e grupal e encaminhamentos a outros serviços socioassistenciais e das demais políticas públicas que possam contribuir na construção da autonomia, da inserção social e da proteção às situações de violência.

Deve promover o acesso a espaços de guarda de pertences, de higiene pessoal, de alimentação e provisão de documentação civil. Proporciona endereço institucional para utilização, como referência, do usuário.

Nesse serviço deve-se realizar a alimentação de sistema de registro dos dados de pessoas em situação de rua, permitindo a localização da/pela família, parentes e pessoas de referência, assim como um melhor acompanhamento do trabalho social.

USUÁRIOS: Jovens, adultos, idosos (as) e famílias que utilizam as ruas como espaço de moradia e/ou sobrevivência. (Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), 2009, p. 30-32)

A partir das diretrizes dispostas na Tipificação, deveria ser proporcionado atendimento e atividades voltadas para a promoção da reinserção a sociedade civil, no intuito de buscar o fortalecimento ao meio familiar e relações interpessoais que contribuam para a construção de novos projetos de vida pra esse indivíduo. No entanto, vale ressaltar que não é só porque o serviço é oferecido precariamente que continua tendo um aumento de pessoas em situação de rua, esta também deve querer em primeira instância sair da rua para que o serviço do profissional Assistente Social seja efetivado.

A Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, determina que os usuários para atendimento devam ser jovens, adultos, idosos e famílias que utilizam a rua como espaço de moradia e sobrevivência. Porém, muitas vezes o serviço apenas institucional não se efetiva, é necessário o serviço de abordagem social, onde profissionais de Serviço Social, juntamente com outros técnicos realizam abordagem a pessoas em situação de rua, em locais e horários estratégicos, geralmente no meio da noite, quando a cidade está mais calma e os comércios fechados, pois é a hora que eles se recolhem para passarem noite.

Essa abordagem tem por objetivo a busca ativa a esses usuários na tentativa de atender as necessidades imediatas dos mesmos. Em alguns casos, quando o município dispõe das políticas sociais para esse público-alvo, encaminham esses indivíduos para albergues, casas de passagens ou abrigos. Essas abordagens tentam ainda garantir o acesso do indivíduo a rede socioassistencial na garantia de seus direitos.

Outro ponto de grande importância ao apoio dessas abordagens junto à equipe de assistência social é o envolvimento da política de saúde, pois ela é a mais utilizada no acesso a rede de assistência, devido na maioria das abordagens realizadas e dos atendimentos efetuados boa parte dos indivíduos necessitarem de atendimentos psiquiátricos, que são oferecidos através dos Centros de Atenção Psicossocial de Álcool e Droga (CAPS AD) e ao Pólo de Atenção Psicossocial (PAI). Essas ferramentas são de suma importância para reabilitação dos indivíduos que se encontram em situação de rua e são acometidos por um desses fatores.

Todavia, o município em estudo, não possui essas instituições ficando apenas os atendimentos de saúde no Pronto Atendimento e psicológico no CERE (Centro de Reabilitação), dificultando a promoção da saúde dessas pessoas. Pois esses atendimentos específicos servem para dar apoio àqueles que necessitam do resgate

a sua autoestima e sua autonomia na sociedade, sendo importante para o indivíduo que recebe esse acolhimento diferenciado, pois ele se sente estimulado para sair da situação que se encontra.

Sendo assim os serviços oferecidos na rede socioassistencial tentam articular com outras políticas públicas os direitos dos indivíduos bem como efetivá-los, seja ele saúde, habitação, segurança, assistência entre outras que são extremamente necessários para a garantia do bem-estar do indivíduo e também pela garantia ao acesso de seus direitos.

Um debate de grande repercussão entre a rede assistencial ocorre quanto ao oferecimento da saúde pública para essas pessoas, pois muitas vezes a saúde entende que o problema das pessoas que se encontram em situação de rua é apenas da assistência, ou seja, apenas a política de assistência social que deve oferecer atenção a essas demandas. Porém, de acordo com o Ministério de Desenvolvimento e Combate à Fome se tem registrado como deve ser essa parceria entre a assistência e a saúde, o que é de grande importância e de grande valia para o atendimento a essa parcela excluída da sociedade.

Política de saúde: em razão das demandas desta natureza comumente observadas nesta população, como o uso/abuso de substâncias psicoativas e saúde mental, além daquelas decorrentes do contexto de insegurança e insalubridade a que estão expostas cotidianamente. Recomenda-se a articulação do Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua com as equipes de saúde que atuam nas ruas. Pessoas em situação de rua devem, ainda, ser incluídas em programas/serviços de prevenção e promoção da saúde nas unidades de atenção básica situadas na localidade onde costumam estar/transitar. (BRASIL, centro POP, 1ª versão 2011)

Assim podemos perceber o quanto a saúde significa para o processo de reintegração desse indivíduo a sociedade, mas na maioria das vezes quando os municípios não possuem esses serviços para oferecer, essas pessoas acabam procurando atendimentos nas unidades de urgência e emergência, e quando o problema clínico é solucionado o mesmo volta para as ruas, não possuindo um acompanhamento profissional.

Como já se sabe com a mudança no perfil desses moradores de rua, grande parcela desses indivíduos são dependentes químicos, principalmente no uso de drogas psicoativas, por isso o trabalho realizado no acolhimento deve ser desenvolvido na tentativa dos usuários deixarem de usar, ou até mesmo diminuir o uso dessas drogas, devendo trabalhar no sentido de se limparem quimicamente,

para que quando esse sujeito vier a sair das ruas, ele possa sentir-se integralmente restabelecido.

O atendimento individualizado no acolhimento também é importante, pois o indivíduo pode expressar suas frustrações, seus anseios e suas necessidades, e se tratando de dependentes químicos, esse atendimento individualizado é a oportunidade que o profissional possui de conscientizá-lo dos riscos que as drogas causam na vida dele, e daqueles que o rodeiam, podendo assim começar um processo de transformação desse sujeito. Outros recursos que aprimoram o trabalho profissional são atividades como palestras sobre o assunto, oficinas para manter a ocupação desse indivíduo, terapia ocupacional, etc., que geralmente são oferecidas nos Centros de Referência Especializados, nesse caso o Centro Pop.

Enfim, toda a construção realizada e garantida na Tipificação Nacional dos serviços sócio assistenciais, são de extrema importância, pois elas garantem aos assistidos que se encontram em situação de rua melhores condições de vida, não sendo também apenas um trabalho da rede de assistência dos municípios, mas um trabalho de toda rede institucional garantidora de políticas sociais para que se execute e consiga avançar no processo de reinserção do morador de rua à sociedade civil formal.

Como forma de materializar a ineficácia da política de assistência, analisaremos a realidade de alguns municípios que possuem abrigos, nas quais uma parcela da população em situação de rua pode frequentar, mesmo que não de forma constante, porque tais abrigos e albergues (que deveriam ser oferecidos pela política de assistência social) não têm capacidade de atender toda demanda do município. Sendo assim, forma-se um resultado previsível: as pessoas, na falta de abrigos, procuram lugares como marquises, bancos de praças, rodoviárias e viadutos para se protegerem da chuva, frio e da violência.

Os abrigos, algumas vezes, deixam de receber uma parcela dessa população devido às regras de utilização do local, como: ordem e convivência que é necessária para viverem em locais coletivos, proibição ao uso de álcool e droga, não portar nenhum tipo de arma, e até mesmo questões ligadas à higiene de cada indivíduo. Com isso entendemos que a rede de serviços sociais deveria ser um degrau na conquista de mais políticas públicas para esse público, buscando melhorar a qualidade no atendimento e nos serviços oferecidos, e garantindo o direito desses indivíduos.

Assim, para o entendimento do que é um abrigo, como funciona, e como ocorre sua aplicabilidade para a sociedade é necessário um panorama geral das necessidades básicas que todo e qualquer ser humano possui e que não são diferentes das pessoas que vivem em situação de rua, necessidades como alimentação, higiene, necessidades fisiológicas, vestuário e abrigo.

Desse modo, o assunto abrigo pode ser tomado como primeiro ponto para o debate sobre os serviços que deveriam ser ofertados e mais bem trabalhados através da rede de assistência social. Mas, na maioria das vezes a oferta desses serviços não satisfaz o público alvo, devido à escassez de vagas, a baixa qualidade do serviço prestado ou, até mesmo, a inexistência de tais serviços

Outra realidade apresentada é o fato das pessoas que se encontram em situação de rua não procurarem os serviços da política de assistência, nos municípios que oferecem, devido à necessidade de seguirem regras e regulamentos de convivência que são estabelecidas pelas instituições, como o não uso de bebidas alcoólicas; o não uso de drogas; a proibição da entrada ou permanência de animais de estimação; a questão da higiene pessoal como o banho, que são algumas exigências feitas pelas instituições que permitem a abrigamento dessas pessoas durante a noite.

Devido as exigências realizadas, e em decorrência do descumprimento das mesmas, essas pessoas que não se enquadram nos moldes das instituições, ou que não buscam os abrigos das redes sociais ou de Instituições não governamentais, acabam buscando os bancos de praças e parques públicos, marquises, estações rodoviárias e viadutos para que possam pernoitar. Assim, esses serviços prestados de baixa qualidade para muitos estudiosos do assunto passam a ser vistos por essa população como favores prestados, e não direitos garantidos e adquirido conforme o decreto de nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009, que instituiu a Política Nacional para População em Situação de Rua, que no seu Art. 7º, parágrafos XI e XII, garantem:

XI- adotar padrão básico de qualidade, segurança e conforto na estruturação e reestruturação os serviços de acolhimento temporários, de acordo com o disposto no art. 8º;

XII- implementar centros de referencia especializados para atendimento da população em situação de rua, no âmbito da proteção social especial do Sistema Único de Assistência Social;

Ainda segundo o mesmo decreto, no art. 8º:

Art. 8º O padrão básico de qualidade, segurança e conforto da rede de acolhimento temporário deverá observar limite de capacidade, regras de funcionamento e convivência, acessibilidade, salubridade e distribuição geográfica das unidades de acolhimento nas áreas urbanas, respeitado o direito de permanência da população em situação de rua, preferencialmente nas cidades ou nos centros urbanos.

§ 1º Os serviços de acolhimento temporário serão regulamentados nacionalmente pelas instâncias de pactuação e deliberação do Sistema Único de Assistência Social.

§ 2º A estruturação e reestruturação de serviços de acolhimento devem ter como referência a necessidade de cada Município, considerando-se os dados das pesquisas de contagem da população em situação de rua.

§ 3º Cabe ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, por intermédio da Secretaria Nacional de Assistência Social, fomentar e promover a reestruturação e a ampliação da rede de acolhimento a partir da transferência de recursos aos Municípios, Estados e Distrito Federal.

§ 4º A rede de acolhimento temporário existente deve ser reestruturada e ampliada para incentivar sua utilização pelas pessoas em situação de rua, inclusive pela sua articulação com programas de moradia popular promovidos pelos Governos Federal, estaduais, municipais e do Distrito Federal. (Política Nacional para População em Situação de Rua, 2009)

A propósito, existem algumas ferramentas sociais para os adultos em situação de rua que deveriam ser disponibilizados através da rede de assistência, como albergues, cuja finalidade é oferecer o serviço de pernoite, banho e café da manhã para seus usuários. Outra ferramenta seria a Casa de Convivência ou Centro POP, que é um local de referência diurna, que oferece serviços psicossociais, local para higiene e alimentação abertos nos turnos da manhã e da tarde. E uma terceira ferramenta seria o acolhimento institucional, que se realizaria um atendimento integral, proporcionando estadia, convívio e endereço de referência que apresentam três modalidades sendo elas, abrigo, casa de passagem e repúblicas:

Abrigos: moradia temporária para ambos os sexos com o limite de 50 pessoas por unidade disponível;

Casa de passagem: realiza acolhimentos de emergência para pessoas do mesmo sexo, recebendo os usuários a qualquer momento e realizando encaminhamentos necessários de acordo com a demanda de cada indivíduo;

República: são moradias subsidiadas em sistema de autogestão ou co-gestão que possibilita a gradual independência dos moradores, cada unidade teria capacidade para atender até 10 pessoas do mesmo sexo.²

Os serviços de acolhimento são oferecidos por alguns municípios, conforme planos e diretrizes em conformidade com a política de assistência social. A partir dela são desenvolvidos por alguns municípios que se disponibilizam a atender essa

² MENTZ, Leticia de Mesquita. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2013.

população através de planos com constante mudança e reordenamento devido às adequações de espaços físicos, visando um melhor atendimento de acordo com os parâmetros existentes nas normas vigentes, tentando assim garantir um serviço de melhor qualidade na rede de acolhimento, de acordo com a necessidade de cada lugar e considerando a capacidade de indivíduos assistidos e também a capacidade da instituição de acolhimento.

Vale ressaltar que durante a elaboração deste trabalho percebemos que a procura e a permanência dessas pessoas nas ruas não estão ligadas apenas ao déficit na política de habitação, ou seja, a saída de uma pessoa que vive em situação de rua não está vinculada apenas na falta de moradia, mas também se relaciona a falta de vínculos familiares e outros fatores, como o desemprego, dependência de drogas e bebidas. Assim, os serviços de acolhimento, além de proporcionar o abrigo, devem ser vistos como uma porta de entrada ou de retorno à sociedade, possibilitando o acesso às diversas políticas públicas como cultura, educação, saúde entre outros.

A função do abrigo não é apenas abrigar, mas também funcionar com o intuito de auxiliar essas pessoas (que se encontra com os vínculos rompidos e estão em situação de rua) a se estabilizarem e se reinventarem na “sociedade formal”. Por isso, a importância que o abrigo seja um local de referência e proteção para que eles tenham como regressar.

Logo, sabemos que o álcool e a droga fazem parte da vida cotidiana das ruas, tanto para proporcionar uma socialização entre aqueles que lá vivem quanto para amenizar a fome e o frio. Com isso, o não uso ou a abstinência se torna mais pungente para aqueles que precisam sobreviver nas ruas.

Por isso que o acolhimento se torna algo tão importante e necessário para essas pessoas, pois são nesses abrigos que eles passam a ter uma perspectiva de uma vida e um futuro melhor, incluindo a possibilidade de munir essas pessoas com certa independência dos serviços de acolhimento, sem que a rua seja novamente refúgio e lar. Na maioria das vezes, com a aplicabilidade e funcionamento da política, as pessoas são encaminhadas para programas de distribuição de renda, como bolsa família, no âmbito federal, e em programas de renda dos municípios, no caso daqueles que os possuem.

Entretanto, para aquisição de tal autonomia dos usuários é necessário proporcionar alternativa para geração de renda, ligadas a um acompanhamento

social, criando projetos que garanta a ocupação das horas ociosas e espaços educativos com oficinas e cursos de capacitação e requalificação profissional.

Os abrigos existentes em alguns municípios brasileiros têm uma autonomia para organizar as atividades no seu cotidiano, a fim de estabelecer e proporcionar um convívio harmonioso entre os integrantes, seguindo as normas da instituição que estabelecem horários fixos para as refeições ministradas no local, ao longo do dia e também no período da noite. Em alguns casos, esses moradores saem para trabalhar, outros vão à busca de emprego, alguns passam por atendimento e/ou consulta médica, e outros frequentam algum tipo de curso. Geralmente o horário de entrada nos abrigos é das 11h até as 13h, no período do dia, e no período da noite o horário de entrada é de 17h até às 20h, ou conforme cada instituição estabelecer, e se, por ventura, o morador estiver trabalhando ou realizando algum curso que ultrapasse o horário limite de entrada, esse caso será estudado e após análise da instituição a mesma libera o morador para fazer suas coisas pessoais e dormir, se for o caso. Pois o intuito das instituições é para que essas pessoas possam voltar para sociedade formal. O horário de saída do abrigo é permitido em qualquer hora e quando eles retornam para o abrigo são submetidos a uma avaliação holística para verificar se estão sob efeito do álcool ou de droga. Caso estejam sem os efeitos dos mesmos sua entrada então é permitida. Quando os indivíduos optam por permanecer no abrigo eles desenvolvem atividades que são proporcionadas pela instituição, como a prática de leituras e escrita, assistem TV, participam de oficinas pedagógicas e sociais e nos casos de instituições religiosas participam de cultos e reuniões de apoio.

Quando o abrigo possui e disponibiliza espaço externo eles utilizam para o lazer, como atividades físicas laborais, cultivo de hortas, local para realizar a higienização de suas roupas, desde que o local proporcione condições de lavar e secar essas roupas, permitindo, assim, através das pequenas ações o resgate de sua identidade e auto-estima e a possibilidade de retorno a sociedade formal.

De acordo com o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), para a criação de um acolhimento institucional é necessário que o local do imóvel seja inserido no município nos locais de maior concentração das pessoas que vivem em situação de rua. Geralmente esses locais ficam mais no centro dos municípios, onde se têm acesso às demais regiões através do transporte público, além de um leque de serviços e atrações de lazer bem maior do que nas periferias, garantindo a eles um

local para realizar as necessidades básicas, como a alimentação, higiene e o descanso. Para que isso seja garantido é necessário oferecer dormitórios que possam ser divididos por sexo com capacidade ideal para 5 pessoas por dormitório.

Vale ressaltar que de acordo com estudos realizados, 80% dos adultos em situação de rua são homens; os sanitários podem ser de uso coletivo ou separado em feminino e masculino, que proporciona maior privacidade, desde que tenham todos os equipamentos necessários para higiene pessoal; a área externa deve possuir local para lavagem e a secagem das roupas dos moradores, devendo, ainda, disponibilizar um refeitório que garanta um local descente para que possam realizar suas refeições.

Assim, a sustentação da rede de acolhimento deve ser de acordo com a diversidade e heterogeneidade existente no meio daqueles que se encontra em situação de rua, reorganizando práticas semelhantes e simples na oferta dos serviços de acolhimentos institucionais.

A Política Nacional para inclusão social da população em situação de rua destaca como princípios: a dignidade da pessoa humana; a garantia da cidadania e direitos humanos; o direito ao usufruto da cidade; a não discriminação e a supressão de qualquer ato violento ou vexatório de estigmas e preconceitos; etc., o que não se tinha antes da Constituição de 1988, onde essa parcela da sociedade não possuía nenhum direito, encontrando-se literalmente desprotegida e marginalizada.

Entretanto, mesmo sabendo que os direitos dessa camada da sociedade ainda são pouco garantidos, na sociedade contemporânea eles existem, e a luta para serem garantidos é travada cotidianamente pelos profissionais de Serviço Social que atuam diretamente com esse público.

Portanto, a partir da descrição e entendimento do que é a política e seu serviço para as pessoas em situação de rua, podemos concluir que no município de Rio das Ostras, cidade pesquisada e de referência para este trabalho, o abrigo que foi instituído por grupos religiosos com parceria da prefeitura ainda tem muito por melhorar, pois a demanda no município é existente e crescente. Por isso, a importância do assunto. Que o abrigo implantado no município, possa ser modelo e referência no atendimento dos adultos em situação de rua, oferecendo moradia temporária e provisória a ambos os sexos, em um ambiente que ofereça espaços para estimular o desenvolvimento de atividades voltadas restabelecimento do vínculo social desse indivíduo e ao resgate da sua identidade e autoestima,

independente de ser parceria público privado, o que tem que falar mais alto nessa parceria é o compartilhamento dos mesmos ideais, o de promover o retorno desses indivíduos a sociedade formal. E que será tratado mais adiante.

2.3. Os desafios, contradições e potencialidades do trabalho do Assistente Social na busca da reintegração da população de rua na sociedade.

Já sabemos que a intervenção do Assistente Social é de fundamental importância para a inserção daqueles que moram nas ruas, pois através do trabalho psicossocial, de acolhimento, atendimento, acompanhamento, etc., o profissional consegue desenvolver seu trabalho com base no projeto ético político e no código de ética da profissão, sob os parâmetros do seu conhecimento técnico-operativo, teórico-metodológico e ético-político. Em geral, o Serviço Social realiza uma análise do perfil de cada usuário que o busca, para que de forma investigativa o profissional possa exercer o atendimento adequado a cada um de seus usuários de acordo com suas particularidades. Assim, o Assistente Social que trabalha na abordagem e acompanhamento aos moradores de rua, possuem condutas e ferramentas para conduzir uma abordagem de forma eficaz e efetiva, conseguindo trazer para si o indivíduo que se encontra naquela situação.

Para que o profissional consiga adentrar na realidade do usuário e visualizar suas necessidades a fim de garanti-las, o Assistente Social com sua busca investigativa de leitura da realidade cultural, política, econômica, afetiva, etc. que o indivíduo possui, tenta encontrar respostas e solucionar questões que estão na sua alçada, seja no atendimento espontâneo, seja por encaminhamentos. Pois o Assistente Social tem que se posicionar no contexto social, econômico e político para se colocar como interventor e garantidor dos direitos sociais.

Serviço ofertado de forma continuada e programada com a finalidade de assegurar trabalho social de abordagem e busca ativa que identifique, nos territórios, a incidência de trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, situação de rua, dentre outras. Deverão ser consideradas praças, entroncamento de estradas, fronteiras, espaços públicos onde se realizam atividades laborais, locais de intensa circulação de pessoas e existência de comércio, terminais de ônibus, trens, metrô e outros. O Serviço deve buscar a resolução de necessidades imediatas e promover a inserção na rede de serviços socioassistenciais e das demais políticas públicas na perspectiva da garantia dos direitos. USUÁRIOS: Crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos (as) e famílias que utilizam espaços públicos como forma de moradia e/ou sobrevivência. (Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), 2009, p. 30-32)

O Assistente Social é o profissional capacitado para garantir os direitos de cada indivíduo. Por isso, ele atua na defesa intransigente dos direitos sociais, a fim de que assim sejam garantidos para quem deles necessitar, sendo uma demanda imediata ou não. Entretanto, são diversificadas situações que podem ocorrer no cotidiano de trabalho do Assistente Social: um vínculo interrompido, desemprego, corte de verbas para os programas, dentre outros, e, por isso, necessita estar amparado por legislações e orientações técnicas de como proceder, para então verificar junto ao usuário qual a melhor forma de solucionar a demanda apresentada.

A partir disso podemos nos perguntar: “o que leva o indivíduo em situação de rua a procurar o atendimento na rede institucional de assistência?” A resposta pode ser simples: “a vontade de sair das ruas ou da condição de morador de rua e buscar construir um novo ser, uma nova identidade”. É através do trabalho de intervenção do profissional de Serviço Social que esse indivíduo pode conseguir se restabelecer. Nesse contexto de fraturas e mazelas da questão social, o profissional de Serviço Social atende em duas frentes que estão sempre ligadas: uma é no atendimento direto com o indivíduo e outra é na garantia de seus direitos através das políticas públicas disponibilizadas para a ação desse profissional.

Para realizar um trabalho com moradores de rua é necessário entender sua característica básica, que é composta por diversos aspectos, como a rua sendo um palco de diversidades étnico-raciais, religiosas, culturais etc. e os motivos para estarem nela. Assim, os múltiplos problemas encontrados, como a precariedade das políticas públicas e os poucos estudos realizados em torno desse grupo, faz com que se tenha pouco arcabouço teórico para que se investigue e saiba como se proceder num atendimento a essa expressão da questão social.

Com o crescimento dessa demanda no Brasil, nos últimos anos, esse tema tem exigido cautela, principalmente para os profissionais que são capacitados para formular e executar as políticas sociais. Mas, um fator que não colabora com os dados referentes a esse assunto é a já mencionada falta de bibliografia na área. Essa restrição pode ser causada devido às técnicas e conceitos utilizados para realizar a medição dessa população, o que dificulta ainda mais os estudos desenvolvidos na área.

Praticamente quase todo o estudo sobre população de rua, formulados no país até o momento, refere-se a trabalhos realizados em capitais como Belo Horizonte, São Paulo, Recife, Porto Alegre e Rio de Janeiro. A maioria das pesquisas patrocinadas pelos governos municipais é desenvolvida a partir dos órgãos de assistência social que, normalmente, lidam diretamente com a

demanda desta população. Neste sentido, a maior parte de seus resultados deste trabalho surge a partir da década de 90, estendendo até o momento. (MARTINS; MACHADO, 2007)

Logo, o trabalho do Assistente Social em meio aos moradores em situação de rua enfrenta vários desafios, pois uma vez que trabalha na tentativa de reintegrar esse indivíduo a sociedade precisa ter acesso a direitos e proteção social dessas pessoas, inserindo esses usuários em programas de transferências de renda e benefícios que são garantidos pela política de Assistência, que possuem número limitado o que dificulta todo o processo de trabalho.

De fato, o trabalho do Assistente Social é de suma importância para reinserção desse indivíduo à sociedade, seja a escuta apurada, a orientação passada para eles, encaminhamentos, etc. Todas essas ações irão contribuir para devolver a autoestima e autonomia desse indivíduo. Contudo, o profissional do Serviço Social não pode ser visto como um “salvador da pátria”, pois ele possui uma difícil tarefa em compreender os costumes que se criam nas ruas, os ritos que envolvem a entrada e saída dos indivíduos dessa situação. O Assistente Social ainda vive entre as tensões existentes entre morador de rua e falta das políticas públicas para as demandas geradas por eles.

Na tentativa de amenizar o sofrimento dessas pessoas, o Assistente Social os encaminha para os recursos mínimos que cada município possui, através das instituições e de acordo com as políticas disponibilizadas pelos mesmos, como abrigos, albergues, restaurantes populares entre outros. Isso quando essas pessoas não fazem parte de um contingente flutuante, pois estão sempre se deslocando dos centros urbanos, quando não são expulsos de forma violenta dos espaços que eles adotaram como lar.

Visto que são grandes os impactos ocasionados por esse exército de excluídos, uma das ações que ainda cabe ao Serviço Social é providenciar o retorno dessas pessoas a sua cidade de origem com os devidos encaminhamentos realizados para o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) da cidade que o indivíduo está sendo encaminhado, caso o mesmo queira.

A atuação do Serviço Social para com os moradores de rua é na busca de garantia dos seus direitos e na tentativa de aliviar suas necessidades humanas essenciais para suas vidas. Um indivíduo só passa a ser considerado sujeito quando o olham ou o vistam como “alguém” (QUINTÃO, 2008).

Em consonância com as entrevistas realizadas com profissionais do Serviço Social na área de assistência e da saúde, no município de Rio das Ostras, as considerações aqui arroladas vêm ao encontro dos desafios, debates e reflexões levantadas pelos profissionais.

2.4- Políticas de redução de danos funcionam? Um estudo de caso do Programa Braços Abertos, de São Paulo.

Pensar a situação de rua em que muitos indivíduos se encontram não é tarefa fácil, ao mesmo tempo em que se permeiam muitos outros aspectos da sua realidade bem como sua situação com os vícios de álcool e drogas. Assim, pensou-se em analisar brevemente a políticas de redução de danos para uma constatação de um fator muito significativo nessa parcela da sociedade e que se configura uma expressão da questão social, dentre várias outras, que obstaculiza a manutenção e permanência dessas pessoas acometidas por essa situação nos abrigos. O que também tenciona sua relação com a exigência de abstinência por parte dessas instituições.

Criado como uma alternativa minimizadora de vulnerabilidades e riscos sociais, as políticas de redução de danos são um conjunto de políticas e práticas que tem como principal objetivo a redução de danos, principalmente dos decorridos do uso de drogas psicoativas, em usuários que possuem o interesse ou não em suspender ou interromper o uso abusivo de drogas.

O tema deste trabalho de conclusão de curso pretende mostrar a realidade vivenciada por muitas pessoas e que se constitui como campo de trabalho do Assistente Social. Para isso, toma os devidos cuidados para não incorrer em estereótipos sobre quais as causas que levam uma pessoa a procurar a rua como lar. De acordo com estudos apresentados até o presente momento sobre o assunto, sabemos que grande parte dos moradores de rua são usuários de droga e álcool, inclusive no município estudado, Rio das Ostras, a grande maioria dos indivíduos que se encontram em situação de rua, faz uso contínuo de substâncias psicoativas. Mas não podemos generalizar todos os casos, correlacionando automaticamente pessoa em situação de rua com “viciado” em drogas (incluindo o álcool).

A política de redução de danos vem para completar algumas medidas consonantes com o intuito de diminuir o uso de drogas na vida dos dependentes químicos, visando o entendimento sobre o assunto, no que diz respeito ao uso

continuo de drogas mesmo com todos os esforços realizados para a prevenção a iniciação ou ao consumo contínuo de drogas. A redução também admite aqueles usuários que não querem ou não conseguem parar de usar drogas, proporcionando o acesso a um tratamento compatível para o uso dessas substâncias, que é de extrema importância para quem tem problemas com esses entorpecentes. Todavia, sabemos que muitas pessoas não têm acesso a esses tratamentos ou simplesmente não querem parar de usar drogas.

Além disso, as políticas de redução de danos vêm ganhando maior visibilidade, devido ao grande índice de crescimento dos portadores de HIV entre os usuários de drogas, com isso algumas medidas semelhantes estavam sendo aplicadas por um prazo de maior tempo, em outros casos de usuários de outros tipos de entorpecentes.

Assim, a redução de danos tem o intuito de atender os usuários dos mais variados tipos de drogas como; tabagismo, álcool, droga psicoativas, farmacêuticas, entre outras, onde para cada caso existe um tipo de política de redução de danos. Mas o princípio, em qualquer ponto, é que haja intervenções eficazes de modo a proporcionar saúde pública e os direitos humanos para aqueles que são usuários de drogas.

Essas políticas de redução de danos são um pano de fundo para que os municípios possam verificar os riscos e conseqüências que as comunidades que necessitam dessas intervenções, ou ações mais drásticas necessitam, ao mesmo tempo, que possam recorrer às políticas públicas, para a redução, prevenção e/ou erradicação a essa expressão da questão social, que é o uso contínuo e dependente das drogas.

Um exemplo da aplicação dessa política pública é o município de São Paulo, que criou o Programa Operação Trabalho em março de 2004, que dez anos depois foi alterado para Programa de Braços Abertos e regulamentado em setembro de 2014. O projeto tem a finalidade de resgatar os moradores da crackolândia, decretando:

Art. 1º Fica regulamentado, nos termos deste decreto, o Programa De Braços Abertos, instituído em 15 de janeiro de 2014, com o objetivo de promover a reabilitação psicossocial de pessoas em situação de vulnerabilidade social e uso abusivo de substâncias psicoativas, por meio da promoção de direitos e de ações assistenciais, de saúde e de prevenção ao uso abusivo de drogas. § 1º O Programa De Braços Abertos buscará conjugar esforços entre todos os entes da Federação, em consonância com a adesão do Município de São Paulo ao Programa “Crack, é possível vencer”. § 2º A implementação das

ações do Programa De Braços Abertos será realizada de forma progressiva, intersetorial e articulada entre as políticas municipais de saúde, direitos humanos, assistência social, trabalho, segurança urbana, educação, moradia, desporto, cultura, meio ambiente, entre outras.

Art. 2º São diretrizes do Programa De Braços Abertos: I – atenção à saúde e à reabilitação psicossocial, com políticas de redução de riscos e de danos, de prevenção do uso, de tratamento e de assistência social destinadas às pessoas em situação de uso abusivo de substâncias psicoativas, por meio da articulação das ações do Sistema Único de Saúde - SUS com as ações do Sistema Único de Assistência Social - SUAS; II – acesso a atividades ocupacionais e à renda, por meio da oferta de oportunidades de ocupação e de qualificação profissional, nos termos da Lei nº 13.178, de 17 de setembro de 2001, alterada pela Lei nº 13.689, de 19 de dezembro de 2003, que instituiu o Programa Operação Trabalho; III – promoção de alimentação, hospedagem e capacitação; IV – estímulo permanente e oferta de condições para emancipação e autonomia dos beneficiários, por meio de qualificação profissional, intermediação de mão de obra, estímulo à economia solidária e direcionamento para outros programas; V – revitalização do espaço urbano e requalificação do espaço público para exercício da cidadania; VI – participação da sociedade civil; VII – capacitação dos atores envolvidos na implementação do Programa; VIII – disseminação de informações qualificadas relativas aos danos causados pelo uso do crack e de outras drogas; IX – fortalecimento, em articulação com os órgãos estaduais de segurança pública, das ações de inteligência para enfrentamento ao tráfico de drogas. (SÃO PAULO, DECRETO Nº 55.067, 28 DE ABRIL DE 2014)

O programa citado acolheu e atendeu pessoas que se encontravam em situação de rua, com o foco principal naqueles que se envolveram com o uso abusivo de drogas psicoativas, como crack, cocaína, anfetaminas entre outras. Nos anos iniciais do programa ele ofereceu atendimento em média a 800 pessoas das 1500 que ocupavam as ruas da região da Luz, conhecida como Cracolândia.

Segundo estudos realizados existem algumas formas para dar tratamento aos usuários de droga que de alguma maneira perderam seus vínculos familiares e hoje estão à margem da sociedade, fazendo da rua seu lar. Para maior exatidão, existem três formas de tratamento para esses usuários. O primeiro, repressão, foi utilizado em vários estados, não teve resultados satisfatórios, sendo ineficaz, pois abusam das forças policiais para corrigir através da coação, tratamento esse que não pode obter resultados práticos e favoráveis, além de ter um fundamento autoritário. A segunda forma de tratamento dessa expressão da questão social foi utilizada por muitos anos, e é fechar os olhos e ignorar essa questão que ocorre às vistas dos governantes e sociedade e, por fim, um terceiro conceito de tratamento para essa dimensão da questão social, que é o mais indicado especialmente a pessoas que perderam seus vínculos familiares e foram procurar na rua suas referências; é fornecer a eles seus direitos, reconhecendo a necessidade da criação de políticas públicas para enfrentar essa questão social, partindo do interesse do poder público,

pois é ele que tem como garantir o acolhimento e atendimento a essas pessoas, assim como o Projeto que foi instaurado no município de São Paulo.

O programa, que possui um conceito novo no que se diz respeito ao tratamento de dependentes químicos, teve como base os programas desenvolvidos em países como Canadá e Estados Unidos, que oferecem um tratamento de forma aberta, sem fazer internações compulsivas a usuários. Dessa forma faz com que o indivíduo que está vulnerável e às margens da sociedade possa ser atendido com políticas específicas, tendo melhores resultados do que com políticas generalistas e tradicionais que não conseguem garantir os direitos. Nesse novo formato, a proposta ao usuário é que o mesmo receba um atendimento e acompanhamento integral, por uma equipe multidisciplinar, garantindo-lhes direitos através de políticas que lhe assegurem moradia, alimento, cuidados médicos e com a saúde e até mesmo a reinserção no mercado de trabalho.

Um projeto de qualidades específicas e peculiares, por se tratar de um programa que envolve várias secretarias como; Saúde, Assistência, Segurança Urbana, Direitos Humanos, dentre outros. É um programa multidisciplinar, onde o envolvimento de cada secretaria é de extrema importância para a garantia de sucesso do mesmo. Tem como eixo central o acolhimento daqueles que fazem o uso abusivo de substâncias ilícitas no território, e não visa à droga como meta a ser atingida.

De acordo com estudos e pesquisas realizadas, os usuários do projeto têm circulado cada vez menos nas regiões alvo e nos pontos de venda e o uso das substâncias psicoativas. Isso foi possível devido as atividades e o trabalho desenvolvido pela prefeitura de São Paulo, que proporciona aos indivíduos acometidos por essa intempéris atividades laborais, permitindo que esses usuários se familiarizem com pequenos trabalhos, como restauração de móveis, jardinagem, manutenção predial, pintura e esculturas, e até mesmo, em áreas de beleza e estética, proporcionando a homens e mulheres um novo começo e uma nova oportunidade. O município de São Paulo disponibilizou na região, onde o consumo e a venda desses entorpecentes são realizados, na Alameda Dino Bueno e da Rua Helvetia, local conhecido nacionalmente como Cracolândia, sete hotéis que abrigam aqueles que estão cadastrados no programa, o que proporciona a esses beneficiários um local de referência quando esses voltam de suas atividades

laborais, fazendo com que eles se sintam reintegrados à sociedade e circulem cada vez menos na região onde o consumo é maior e mais visível.

No entanto, nem tudo funciona de forma perfeita, pois para que a Cracolândia deixasse o cenário da venda e consumo explícito de drogas psíquicas, que ocorre a qualquer dia e hora, seria necessário uma intervenção do sistema de inteligência das polícias militares e civil para o desmonte do tráfico de drogas naquela região. E para que isso ocorresse, foi criado um cadastro único para usuários do projeto que possibilitou realizar a ampliação do projeto e o acompanhamento dos usuários, proporcionando ao programa um melhor acompanhamento e monitoramento daqueles que estão inseridos na política de redução de danos do Programa de Braços Abertos.

Através de estudos no período da instauração do projeto até o ano de 2016, de acordo com a secretaria de Segurança Pública, houve uma significativa diminuição nos índices de roubos e furtos de pessoas e veículos na região da Cracolândia. E de acordo com os registros nos dados do sistema de informação criminal da Secretaria, toda essa ação positiva foi possível devido ao aumento do efetivo da guarda civil metropolitana no local.

Desde a implantação do projeto que prima com o conceito de redução de danos, e que proporciona aos dependentes químicos, seus direitos preservados e uma maior dignidade, fazendo com que eles deixem gradativamente o uso de drogas psicoativas, como o crack, o programa atingiu 88% do atendimento dos usuários da região fazendo com que fosse possível a queda no consumo de drogas pelos mesmos de 42 pedras para 17 pedras semanais por indivíduo. Esses dados coletados foram trabalhos de Assistentes Sociais que trabalhavam acompanhando esses dependentes químicos.

O Projeto de Braços Abertos, como já citado, foi criado na tentativa recuperação e garantia da reinserção dos usuários de drogas à sociedade. Contudo, é difícil dizer e estimar até onde irá esse projeto, até onde ele terá qualidade nos serviços prestados. Será que esse programa conseguirá se sobreviver a interesses de cunho políticos e eleitorais, e deixará de ser o projeto de um indivíduo para ser o projeto de vários indivíduos, com o mesmo objetivo, o de garantir a esses usuários sua recolocação na sociedade e não viver às margens dela?

Essa questão social está longe de chegar ao fim, em reportagens exibidas na televisão, quando mostraram os desafios que os novos governantes têm de

enfrentam em seus mandatos foi mostrado como é crítica a situação de moradores que se encontram em situação de rua, nos principais estados do país, como São Paulo e Rio de Janeiro, no Jornal Hoje exibido no dia 18 de janeiro de 2017, anunciou que um dos maiores desafios que os prefeitos das grandes cidades irão enfrentar, está relacionado ao aumento de moradores de rua nas capitais, o que se completa com dados emitidos em 2015 que já vinham apontando que no Brasil esse número já ultrapassa a casa dos 101.854 (IPEA).

Assim, apenas 22,6% dos municípios têm levantamento sobre a população de rua (fonte IPEA). Em São Paulo pessoas que moram distante do centro urbano, resolveram montar barracas debaixo do pórtico arquitetado por Paulo Mendes da Rocha, na frente do viaduto do Chá, para ficarem mais próximos de seus trabalhos e até mesmo para expor seus artesanatos como fonte alternativa de renda. Ainda em São Paulo a população de rua passou de 8.706 pessoas para 15.595, no período de 2000 a 2015. Em quinze anos o número quase dobrou, muitas dessas pessoas possuíam empregos como bombeiros, pedreiros, metalúrgicos entre outros, e a maior causa desse crescimento é a falta de emprego e o uso de drogas, segundo o coordenador do serviço Franciscano de Solidariedade, Rômulo Leandro Alves, 90% da população em situação de Rua em São Paulo são homens. Mesmo o município tendo o programa como resposta piloto

Assim, podemos concluir que as políticas de redução e danos funcionam, porém possuem aplicabilidade e resultados contraditórios. Mesmo tendo tomado conhecimento da experiência da cidade de São Paulo, percebemos que é necessário ainda muito investimento do Estado em políticas públicas específicas para atingirem esse público-alvo que sofre com as expressões da questão social: o uso de substâncias psicoativas e a situação de rua. Pois, o número de pessoas que se encontram em situação de rua é crescente na sociedade capitalista atual, como será apresentado no próximo item, na cidade de Rio das Ostras, onde muitos indivíduos são acometidos por desdobramentos da questão social que necessitam ser tratados e reinseridos no convívio social.

Capítulo 3: A materialização da situação de rua como desdobramento da questão social no município de Rio das Ostras.

Neste terceiro e último capítulo, busco realizar a demonstração da realidade materializada da situação de rua no município de Rio das Ostras. Para isso, se faz necessário uma breve contextualização do município estudado e pesquisado, - um

balneário que tem sua localização geográfica situada a 170 km do estado do Rio de Janeiro -, uma cidade turística com grande diversidade atrativa, como praias, lagoas além de um circuito eco rural que proporciona maravilhosas experiências para aqueles que vêm em busca de aventura e descanso. Possui um litoral de 28 quilômetros de extensão, e tem ainda como principal atividade econômica a pesca.

Rio das Ostras é uma cidade com idade de emancipação recente, 1992. Até a década de 1970, Rio das Ostras pertencia ao município de Casimiro de Abreu como terceiro distrito. No entanto, a cidade teve um crescimento acelerado com um grande fluxo turístico, o que levou a emancipação da mesma após plebiscito em 1992 passando a ser considerada município do Estado do Rio de Janeiro.

Com o crescimento da cidade vizinha Macaé, onde muitas pessoas migraram em busca de emprego, por ela ser considerada a capital nacional do petróleo, e, assim, impulsionada pelas atividades da petrolífera que geravam empregos, Rio das Ostras passou a ser uma cidade, além de turística, dormitório, o que provocou um crescimento desenfreado e desestruturado da cidade, agravado pelo déficit na implementação de políticas públicas no município, como saúde, segurança, educação, transporte, entre outros.

Consoante a isso, um exemplo pode ser considerado com o agravamento da crise que assolou a região desde o final do ano de 2014, onde verificou-se fatores como índice alarmante do desemprego. Que a partir de estudos sobre o tema, e de dados informados pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), em 2015, segundo o Jornal Intertv as cidades da região tiveram uma significativa queda no número de empregos, como Macaé que fechou o ano de 2015 com menos 12.168 postos de emprego e menos 7.570 de serviços. Diferente do ano de 2014 que o saldo foi positivo: na época fechou o ano com mais 758 vagas de trabalho. Em Rio das Ostras o déficit em 2015 foi de 1.969 postos de emprego fechados. Em 2014 a cidade fechou o ano no saldo positivo de 1.761 vagas de trabalho. (INTER TV – Ministério do Trabalho divulga o balanço dos empregos formais em 2015 no interior do Rio - 21/01/2016).

Subsequentemente segundo o Centro de Referência Especializado de Assistência Social CREAS na cidade de Rio das Ostras, a população em situação de rua, os sem tetos, mantém o seu número em torno de 168 pessoas em situação de rua entre os anos de 2013 a 2016, levando em consideração que o trabalho de abordagem social desenvolvido pelo Centro de Referência teve uma paralisação

devido interesses políticos causando uma queda no número de atendimentos. Hoje esse número está na casa de 30 atendimentos. Informações concedidas pelo Centro de Referência Especializado da Assistência Social.

Nesse sentido, para um melhor entendimento é necessário buscarmos adentrar a realidade do município Rio das Ostras com relação às políticas públicas desenvolvidas para atendimento a demanda população de rua.

No ano de 2008 o trabalho começou a ser realizado efetivamente, com a implantação do Centro de Referência Especializada de Assistência Social, de acordo com a Tipificação Nacional, Resolução 109, que determina os serviços oferecidos pela Assistência, denominando o atendimento para população de rua como média complexidade, devendo ser exercido pelo CREAS. Anteriormente esse trabalho era desenvolvido pela Secretaria de Bem Estar Social, através do plantão social que atendia às demandas de situação de rua.

Com o crescente aumento da demanda da população de rua no município e para fins de estudo foi pensado inicialmente como forma de implementar o trabalho estipulado pela tipificação, o mapeamento dessa demanda, se existiam moradores de rua, quantos eram, em quais bairros eles se concentravam, entre outras informações que eram pertinentes a construção dos dados demonstrativos, que a partir deles, com as informações recolhidas foi montada uma equipe de abordagem social, de acordo com a Tipificação Nacional de Serviços sócio-assistenciais.

Art. 1º. Aprovar a Tipificação nacional de Serviços Socioassistenciais, conforme anexos, organizados por níveis de complexidade do SUAS: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade, de acordo com a disposição abaixo:

II - Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade: a) Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI; b) Serviço Especializado em Abordagem Social; c) Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida - LA, e de Prestação de Serviços à Comunidade - PSC; d) Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosos (as) e suas Famílias; e) Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua. (CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CNAS, 2009)

A partir da Tipificação, que compreende como trabalho de busca ativa o realizado para mapear a população de rua e outras demandas provenientes de média complexidade, como violência, vulnerabilidade social, entre outros, com essa formulação a abordagem inicial foi possível à confecção de um relatório que permitiu montar um perfil sobre os moradores em situação de rua que estavam no município.

Primeiramente não foi identificado um número expressivo de pessoas em situação de rua, eram apenas 9, considerando que na atualidade no município a realidade é de 25 a 30 pessoas em situação de rua, que são cadastrados. Para época, 2008, os 9 casos existentes era um número expressivo, mas não de proporção alarmante, mesmo porque o perfil daquela população de rua era muito diferente da qual é encontrada nas ruas do município nos dias de hoje.

Ainda em 2008, o perfil da população em situação de Rua em Rio das Ostras consistia na maioria homens adultos na faixa etária de 18 a 59 anos, que possuíam questões de alcoolismo crônico, alguns possuíam residência no município, mas por consequência do vício ou de decepções amorosas preferiram procurar a rua como lar. Em relação às abordagens, essa demanda permitia fácil acesso e eram mais tranquilas: Eram realizadas semanalmente e quando eles apresentavam menor índice de embriagues, preferencialmente à noite para poder saber de fato quem estaria na rua. Em geral, só era possível realizar o mapeamento à noite, após o encerramentos das atividades comerciais, momento na qual esses indivíduos começam a buscar as marquises para passar a noite, permitindo verificar qual o maior local de concentração dos mesmos e em quais pontos da cidade eram possíveis de encontrá-los.

Mediante a apresentação do perfil dos moradores de rua, sendo sua maioria homens na faixa etária dos 18 aos 59 anos, possuidores de lar e família constituída, que devido ao rompimento de vínculos familiares foram parar em situação de rua, pode-se realizar trabalhos de restabilização com as pessoas que aceitavam intervenção profissional, pois não se pode obrigar um usuário, ele tem que aceitar primeiramente.

Posto isso, com base nessas informações o trabalho de acolhimento começou a mostrar resultados, como a reintegração de algumas pessoas em situação de rua para o seio familiar, estabelecimento da construção do processo de saída da rua com outros indivíduos, pois esse é o maior compromisso da assistência para com eles, garantir direitos para quem dela necessitar, possibilitando a construção de um novo projeto de vida para esse indivíduo saído das ruas e retomando sua vida na sociedade civil.

Assim o trabalho realizado pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) se compreendia na retirada de documento, reinserção ao mercado de trabalho, tratamento pela questão de álcool e drogas, passagens de retorno à cidade

natal, com as devidas providencias tomadas para tal ação: entrava-se em contato com a família do individuo, e com o Centro de Referencia Especializado (CREAS) da localidade para a qual o mesmo estava se direcionando, através de encaminhamento. Trabalhos como esses são desenvolvidos até hoje pelo CREAS.

Seguindo a trajetória dessas políticas, em 2010 o perfil dessa população passa por uma transformação, primeiramente o número de pessoas em situação de rua tem um crescimento, sendo ainda a maioria homens. Entretanto, público jovem, compreendidos ainda na faixa etária de até 18 anos, cresceu progressivamente, pois se for detectado jovens com menos de 18 anos nas ruas o Conselho Tutelar precisa ser acionado imediatamente, para que as medidas cabíveis de proteção ao adolescente sejam tomadas.

Assim, se o recorte anterior do perfil da faixa etária compreendia homens de 40 a 50 anos em 2008, a partir de 2010 esse cenário é transformado, incluindo jovens na faixa etária dos 19 e 20 anos de idade. Mas, permanecendo ainda os homens de 40 a 50 anos, forma-se um público bastante mesclado. Com a ascensão desse publico mais jovem com um perfil mais agressivo, devido o uso abusivo de drogas e álcool, as abordagens tornaram-se mais dificultadas.

O final do ano de 2010, relatado anteriormente, tornou-se um divisor de águas no que diz respeito aos moradores em situação de rua do município de Rio das Ostras, pois passou de um público de fácil acesso, um público pacato, com demandas não tão complexas, para um público mais agressivo, com demandas mais complexas que são provenientes do uso constante de substâncias psicoativas e distúrbios mentais.

Na busca de proporcionar uma melhora no tratamento dessa expressão da questão social no município de Rio das Ostras foi disponibilizado, em 2013, um serviço de atendimento à população de rua, que viria reforçar os atendimentos e resgate dessas pessoas que se encontravam em situação de rua no município.

Como instituição pública estatal para dar conta das questões da população em situação de rua, os municípios que possuem o Centro POP passam a ser referência para essa demanda, devido à complexidade e especificidade que ela envolve. Como o mandato anterior suspendeu o trabalho de abordagem realizado pelo CREAS, os dados e informações desses moradores de rua foram se perdendo e o trabalho até então realizado foi se desfazendo. Permanecendo como política social efetiva apenas o acolhimento realizado pelo CREAS, onde os profissionais

tentavam desenvolver e manter contato com aqueles usuários que buscavam pela instituição, ficando eles respaldados apenas pelas medidas previstas na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.

De acordo com informações do CREAS o trabalho que era desenvolvido pela instituição nos atendimentos realizados, nos trabalhos de abordagem àqueles que se encontravam utilizando de vias públicas para viver e sobreviver foi suspenso durante o mandato do último prefeito - entre os anos de 2013 a 2016. Então todo trabalho desenvolvido, todo resultado positivo que havia sido alcançado foi descontinuado.

Os trabalhos de atendimento no CREAS eram realizados no intuito de emitir novos documentos quando esses usuários os perdiam; realizar atendimento individual ou coletivo e oferecer palestras e oficinas para os mesmos. Com a suspensão dos serviços de higienização e alimentação as pessoas em situação de rua, os atendimentos técnicos de apoio permaneceram nas instalações do CREAS. Mas, devido às outras demandas atendidas pelo CREAS, nas relações de direito familiar, envolvendo crianças, adolescentes, idosos, mulheres, além de medidas socioeducativas essa seria mais uma frente de trabalho de uma demanda muito complexa, não podendo fornecer espaço físico suficiente para a realização dessas atividades antes mencionadas.

A Assistência Social como política de proteção social configura-se como uma nova situação para o Brasil. Ela significa garantir a todos, que dela necessitam, e sem contribuição prévia, a provisão dessa proteção. [...]
[...] A nova concepção de assistência social como direito à proteção social, direito à seguridade social tem duplo efeito: o de suprir sob dado padrão predefinido um recebimento e o de desenvolver capacidades para maior autonomia. Neste sentido ela é aliada ao desenvolvimento humano e social e não tuteladora ou assistencialista [...]
[...] Por sua vez, ao agir nas capilaridades dos territórios e se confrontar com a dinâmica do real, no campo das informações, essa política inaugura uma outra perspectiva de análise ao tornar visíveis aqueles setores da sociedade brasileira tradicionalmente tidos como invisíveis ou excluídos das estatísticas – população em situação de rua [...] (BEHRING e BOSCHETTI, 2011)

3.1- Desafios do Serviço Social frente à população em situação de rua em Rio das Ostras.

[...] Esperamos que o momento desta construção seja, então, o de estabelecimento das relações, das articulações e dos nexos e dos conhecimentos obtidos e organizados em torno de um tema escolhido conforme as normas técnicas. Dessa forma, o acadêmico poderá obter maior clareza do conhecimento adquirido durante todo o curso como também a compreensão do valor de cada disciplina como valor elucidativo para construção do TCC. (SILVA; CALDAS, 2013, p. 27)

A última etapa do trabalho será apresentado através de entrevistas, quais os entraves, os desafios, as conquistas, as contradições, etc. que atravessam o profissional de Serviço Social, tanto na assistência quanto na saúde, no tratamento da expressão da questão social – situação de rua –, no município de Rio das Ostras. Serão trabalhado relatos de entrevistados que fazem parte da parcela de pessoas em situação de rua.

Embora alguns tenham ficados resabiados e receosos com o teor da entrevista para fins acadêmicos, responderam gentilmente a todas perguntas. Mas, devido a suas particularidades não permitiram que eu gravasse o áudio de suas entrevistas, mas foram todos bem agradáveis e muito educados. Pois para que eles fossem entrevistados a profissional do CREAS que os acompanha solicitou anteriormente que eles estivessem “apresentáveis” e “sóbrios”.

O método utilizado para construção dessa pesquisa foi o trabalho de campo, através das entrevistas, e o resgate bibliográfico utilizado durante o curso de Serviço Social e outras bibliografias, já que o tema não possui muitos autores dentro do Serviço Social que abordem sobre o assunto. Todos os instrumentos utilizados foram essenciais para uma aproximação da realidade vivida por profissionais e o grupo pesquisado.

Neste sentido, ressalta que as atividades de pesquisa e do espírito investigativo são condições essenciais ao exercício profissional. Reafirma ainda que a pesquisa deve constituir parte integrante do exercício profissional, por ser condição imprescindível para formulação de propostas profissionais efetivas capazes de permitir materialidade aos princípios éticos-políticos. (SILVA; CALDAS, 2013, p. 27)

Adentrando o paralelismo vinculado e coerente de prática e teoria, nos leva a refletir e compreender melhor as relações sociais existentes em nosso cotidiano, que são complexas e mutáveis, assim como a sociedade, mas isso nos permite realizar uma análise crítica e investigativa, na busca de respostas que possam preencher as lacunas vazias de nosso saber.

E é através dessa constante mutação que temos nas relações sociais, que construímos uma nova história.

Para o assistente social, a pesquisa de situações concretas constitui o objeto de seu trabalho, é o caminho necessário para a compreensão dos fenômenos sociais particulares com os quais lida no seu cotidiano, alimentando a elaboração de propostas fincadas na realidade e capazes de acionar possibilidades de mudança nela existente. Decifrar processos sociais, tanto em determinações gerais como em suas expressões particulares, é também requisito necessário, para se superar a defasagem entre um discurso teórico genérico sobre a sociedade capitalista e os fenômenos sociais singulares,

traduzida no recorrente reclamo da dicotomia entre teoria e prática (IAMAMOTO, 2001, p. 262).

Como relatado anteriormente, realizei entrevistas com profissionais do Serviço Social e alguns moradores de rua, utilizando da prática do sigilo profissional e da autorização prévia, através de documentos, disponibilizados pela instituição de ensino, para a participação na pesquisa e por conseguinte contribuir para um melhor resultado para o estudo realizado.

Os dados coletados nas entrevistas servirão de aporte para o entendimento da realidade vivida pelos moradores de rua do município de Rio das Ostras e o trabalho desenvolvido pelo profissional de Serviço Social, junto a essa demanda. As referências obtidas foram transcritas e analisadas, retratando o melhor desfecho para os conteúdos apreendidos nesse trabalho.

Para um melhor entendimento aos leitores denominarei como P_A a profissional de Serviço Social da Assistência, que realiza seu trabalho no CREAS, e P_S para a profissional do Serviço Social da Saúde, na unidade de Urgência e Emergência. Os demais entrevistados serão identificados como M₁, M₂, M₃ e M₄. Sendo assim realizarei uma breve apresentação dos entrevistados.

A profissional P_A tem 36 anos de idade e atua na área da assistência há 10 anos, sua base acadêmica é a Universidade Federal Fluminense UFF – Campos dos Goytacazes/RJ. Ela desenvolve seu trabalho evitando o retrocesso nas conquistas dos direitos alcançados até hoje, buscando ainda um país mais justo e igualitário para todos, sem injustiças sociais, onde todos os indivíduos sejam, de fato, iguais perante a lei e tenham direitos efetivamente assegurados.

A profissional P_S tem 38 anos de idade e representa a unidade de Urgência e Emergência de Rio das Ostras. Atua na área da saúde há 6 anos, sua formação acadêmica foi realizada na UERJ (Universidade Estadual do Rio de Janeiro) e seu trabalho é desenvolvido em busca do reconhecimento do indivíduo como ser social, alcançando a concretização de seus direitos.

Os demais entrevistados são pessoas em situação de rua que recebem o acolhimento no CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social).

O morador identificado como M₁, tem 33 anos de idade, é natural de Timóteo – MG e mora nas ruas há 5 anos. Veio de sua cidade natal, passando pelas ruas de Volta Redonda, Rio de Janeiro, até chegar ao município de Rio das Ostras, e foi

para sustentar seu vício que ele saiu de sua casa - segundo o próprio “a decisão mais errada que ele tomou em sua vida”.

O morador M₂, possui 62 anos de idade, é natural do Rio de Janeiro, e está nas ruas há 4 meses. Veio de sua cidade natal em busca de emprego, onde sofreu um acidente de trabalho e por ter um processo judicial contra o Ministério do Trabalho não pode trabalhar de carteira assinada. Morava com seu irmão que veio a óbito, e sua cunhada o colocou para fora de casa. Sem renda fixa e sem lugar para ir, ele permaneceu em um matagal atrás do Mult Market³, onde passou suas 3 primeiras noites na rua.

O morador M₃, possui 32 anos de idade, também é natural do Rio de Janeiro, e está na rua há 2 anos. Na busca de manter seu vício longe da pressão da família procurou as ruas como seu lar, mas hoje se arrepende da decisão tomada e deseja voltar atrás. No entanto, para voltar pra casa dos familiares o mesmo pretende se recolocar no mercado de trabalho e se livrar do vício.

O morador M₄, tem 29 anos de idade, natural de Itaperuna/RJ, está na condição de morador de rua há 3 meses, veio fugido de sua cidade natal por estar envolvido com o tráfico de drogas. Como ele mesmo relata fez muita “merda” e não pode voltar para sua cidade. Mantém contato com seu pai que de alguma forma tenta ajudá-lo financeiramente.

E é nessa trajetória do recolhimento das informações que iremos manter o diálogo entre a realidade vivida pelos entrevistados, apresentando um vínculo com o conhecimento teórico apresentado anteriormente.

Partindo do princípio da realização do trabalho para que o mesmo possa “falar por si só”, o que me levou a desenvolvê-lo foi a inserção no campo de estagio bem como o envolvimento com os atendimentos realizados as pessoas em situação de rua, conforme já registrado anteriormente.

Outro fator relevante para envolvimento com o assunto foi a Copa do Mundo de 2014, quando percebi que a demanda desses usuários no Pronto Socorro havia diminuído. Então, a primeira pergunta que busquei resposta foi: houve uma “higienização” urbana na cidade de Rio das Ostras devido ao acontecimento histórico que o Brasil estava sediando, a Copa do Mundo?

[...] isso foi um movimento no estado do Rio, eu vou falar toda a trajetória, mas tem coisas que não posso afirmar, mas ficaram muito claras pra mim que

³ Filial da Rede de Supermercados Mult Market da região dos lagos.

estou à frente desse trabalho [...] deixando claro que não comungo com nenhuma dessas ações, que foi o projeto de higienização que eles fizeram na cidade. (Resposta da PA, quando questionada sobre a higienização urbana ocorrida no município).

Com tudo isso foi surgindo mais perguntas nas quais queria buscar as respostas. Então resolvi expô-las para os profissionais da área de assistência e saúde com relação às políticas públicas ofertadas pelo município para os moradores em situação de rua.

Atualmente Rio das Ostras oferta o serviço especializado para população em situação de rua, através do CREAS. O serviço é ofertado para pessoas que utilizam as ruas como espaço de moradia e/ou sobrevivência.

Tem a finalidade de assegurar atendimento e atividades direcionadas para o desenvolvimento de sociabilidades, na perspectiva de fortalecimento de vínculos interpessoais e/ou familiares, que oportunizem a construção de novos projetos de vida.

Oferece trabalho técnico para a análise das demandas dos usuários, orientação individual e grupal e encaminhamentos a outros serviços socioassistenciais e das demais políticas públicas que possam contribuir na construção da sua autonomia, da inserção social e da proteção às situações de violência. (Resposta da PA, quando questionada sobre as Políticas Públicas do município).

E ainda complementa:

Qual política social é destinada às pessoas em situação de rua no município, além da assistência? A Política de Assistência Social tem um foco mais direcionado para este público, tendo em vista que o público usuário desta política pública constitui-se em cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social. A Política de Assistência social realiza-se de forma integrada às demais políticas setoriais, considerando as desigualdades socioterritoriais, visando seu enfrentamento, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais. (Resposta da PA, quando questionada sobre as Políticas Públicas do município).

Para a assistência fica claro qual o seu papel diante da demanda proveniente dos moradores de rua, em conformidade com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais de 2009.

Os usuários reconhecem o esforço e dedicação dos profissionais em atender às demandas por eles criadas e quando questionados pelos serviços oferecidos pelo Centro de Referência compartilham da mesma opinião, de que são muito bem tratados e recebidos pelas profissionais do Serviço Social e por toda a equipe

técnica. Porém, não entendem que a política de assistência é um direito, ainda acreditam ser uma ajuda e caridade.

No campo da seguridade a assistência social é proteção, portanto, deve operar preventiva e protetivamente nas situações de risco social. Deve prover proteção social básica e especial, isto é, a assistência social estuda o processo de proteção social, de previdência e da saúde. Não se limita ao domicílio, pois chega até aos que estão nas ruas; não se limita ao legal ou ao formal; não restringe, por exemplo, a atenção ao transgressor. Ela é extensiva. (SPOSATI, 2004)

E ainda,

(...). A assistência social como política pública se ocupa do provimento de atenções para enfrentar as fragilidades de determinados segmentos sociais, superar exclusões sociais e defender e vigiar os direitos dos mínimos de cidadania e dignidade. É política de atenção e de defesa de direitos: o direito a sobrevivência em padrões éticos de dignidade construídos historicamente em uma dada sociedade (...). A distinção política da assistência nos diferentes projetos políticos da sociedade se dá pelo conteúdo do que considerado por padrões mínimos de dignidade humana e pela forma de inclusão e cobertura desses padrões que incluem necessidades especiais (...). (SPOSATI, 1985)

Mas, no ponto de vista da saúde ainda falta políticas públicas para esse segmento, e as que possuem não são suficientes para atender a demanda. Os usuários informam as dificuldades encontradas com relação aos horários de funcionamento do Centro de Referência Especializado.

Então, o que a gente tem é esse dormitório ou encaminha para o CREAS, quando é no horário comercial e a gente faz um contato prévio (estou falando como é minha ação, não posso falar sobre outras colegas do PS), é feito um contato prévio para informar a situação pra ver se esse morador já passou por lá, se já está cadastrado se eles têm conhecimento dessa pessoa, e agente encaminha pra lá. Porque eu desconheço qualquer outra política que não seja o dormitório, onde eles podem comer e dormir lá, fora isso eu desconheço qualquer outra política que esteja dentro do SUAS, porque existem outros dispositivos, mas que o município não comunga dessas políticas, na área da política de assistência. (Resposta da Ps, quando questionada sobre as Políticas Públicas do município).

Vale salientar que o abrigo existente no município não pode ser considerado, exatamente, uma política pública, pois o mesmo só existe devido à união das igrejas da cidade, podendo ser considerado uma ONG. Pois esse abrigo atua com recursos próprios e de doações de alguns empresários, tendo uma pequena contribuição do município.

Cabe ainda explicitar que todas estas questões atravessam o cotidiano do profissional, produzindo pressões permanentes, frente à necessidade de, muitas vezes, ter que recorrer às organizações e ações voluntárias da sociedade civil, no sentido de acionar recursos e “auxílios” diversos não disponibilizados pela rede pública, com o intuito de atender às demandas sociais imediatas [...] (SCHREIDE e MONTEIRO, 2013, p.83)

O *Abrigo Sorriso* oferece local para pernoite daqueles que estão em situação de rua e se enquadram nas regras colocadas pelo próprio abrigo. Oferece local para a guarda dos pertences desses indivíduos, local para que eles possam realizar sua higiene pessoal, oferece ainda espaço para que os mesmos possam lavar suas roupas, e realizar suas refeições compreendidas em jantar e café da manhã.

A retração do Estado quanto à responsabilidade no enfrentamento da questão social, mediante a transferência de responsabilidades do Estado para o “terceiro setor”, identificado erroneamente como a sociedade civil, altera substantivamente a orientação e a funcionalidade das políticas sociais, e por consequência, a profissão sofre alterações na sua demanda em no seu campo de atuação, na sua modalidade de intervenção e no seu vínculo empregatício (MONTAÑO, 2002).

Os usuários M₁, M₂ e M₄, concordam que o abrigo é um local que “oferece segurança, é acolhedor e agradável”. Comungam da idéia de que com as normas estabelecidas pelo abrigo se torna mais criterioso permanecer. Já o M₃, compactua das mesmas opiniões com relação ao local, mas não concorda com os regulamentos estipulados, uma vez que o mesmo relatou não cumprir as regras e, com isso, não pode mais permanecer e nem voltar para o *Abrigo Sorriso*.

As profissionais elaboraram mais análises acerca dessa expressão da questão social cada vez mais crescente no município, e como essas expressões são vistas tanto pelas profissionais do Serviço Social, na assistência, como na saúde.

Qual o papel do Serviço Social, nessa expressão da Questão Social?

O papel do serviço social é garantir a acolhida; escuta; estudo social; diagnóstico socioeconômico; monitoramento e avaliação do serviço; orientação e encaminhamentos para a rede de serviços locais; construção de plano individual e/ou familiar de atendimento; orientação sociofamiliar; atendimento psicossocial; orientação jurídico-social; referência e contra-referências; informação, comunicação e defesa de direitos; apoio à família na sua função protetiva; acesso à documentação pessoal; mobilização, identificação da família extensa ou ampliada; articulação da rede de serviços socioassistenciais; articulação com os serviços de outras políticas públicas setoriais; articulação interinstitucional com os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos; mobilização para o exercício da cidadania; trabalho interdisciplinar; elaboração de relatórios e/ou prontuários; estímulo ao convívio familiar, grupal e social; mobilização e fortalecimento do convívio e de redes sociais de apoio.

Por fim, nosso papel consiste em viabilizar a emancipação, promoção da autonomia desse indivíduo, possibilitando assim que o mesmo construa seu processo de saída das ruas. (Resposta da P_A, quando questionada sobre a expressão da questão social e a atuação do profissional do Serviço Social).

Para a visão da saúde, é necessária uma busca incansável por mais políticas que sejam voltadas para a população que se encontra nas ruas do município, pois só assim essa expressão da questão social pode ser controlada.

Qual o papel do Serviço Social, nessa expressão da Questão Social?

O papel do Serviço Social são essas políticas, ou melhor, a cobrança para que essas políticas aconteçam que sejam aprovadas em todos os conselhos, porque assim, é preciso se empenhar nesse sentido, então quando você vê que o município tem essa situação social grave, e importante, pois 30 pessoas é um número expressivo, mesmo que não pareça, mas para essa população excluída esse é um número bem expressivo sim, quais são as políticas existentes para essas pessoas e se não existe, qual o papel do Serviço Social, tanto na saúde ou qualquer outro setor como assistência, o que a gente pode estar fazendo para que essas políticas sejam efetivadas, quais as propostas? Então eu acho que é um campo muito da área da assistência, porque estou falando isso, por conta que são as pessoas excluídas que precisam da assistência social, são as pessoas excluídas da sociedade né, então a política da assistência ela tem que ser forte nessa situação de rua, então assim, as colegas que estão trabalhando na assistência do município elas são o profissional fundamenta, não tem jeito, na saúde é o médico, e na assistência esse profissional é o Assistente social que tem que exigir, propor mudanças, tem que batalhar pra que isso mude tem que ser mesmo com a participação, com a mobilização com as propostas, de como criar como fazer, é nesse sentido. (Resposta da Ps, quando questionada sobre a expressão da questão social e a atuação do profissional do Serviço Social).

Para a referida profissional, essa situação ainda está um pouco distante de obter resultados positivos, uma vez que a profissional não é moradora do município, mas está aqui todas as semanas e nas vezes que se depara com atendimentos realizados no Pronto Socorro com moradores de rua, ela percebe o quanto as políticas oferecidas pelo município ainda são frágeis.

[...] Claro, com certeza, por conta disso, dessas fragilidades que estou te falando, porque a gente não tem os dispositivos estabelecidos, de repente uma política que permita que essa pessoa volte para o lugar que mora, de reinserção a sua origem natal, ou de restabelecimento dos vínculos familiares, isso tudo é complicado, e vejo muita dificuldade nisso e agente não ter como acolher também é muito difícil, igual eu estava te falando, antes do dormitório essas pessoas vinham muito pra cá, ficava muito aqui, e assim, eu era uma que acolhia e não dava alta social, por que eu não dava a alta social, porque eu queria pelo menos uma articulação com o CREAS, às vezes eles chegavam aqui às seis da noite e as pessoas (médicos) queriam mandar embora, e eu mantinha aqui para que eu pudesse falar com CREAS no dia seguinte, para poder encaminhar para um acolhimento melhor.

[...] Sim, porque assim, quando vinha procurando atendimento médico, quando entrava aqui só querendo comer não tinha como manter, porque aqui o critério para ser atendido é o médico, mas quando era atendido pelo médico e recebia alta dependendo do horário eu mantinha aqui até o outro dia para fazer o contato com o CREAS, mas agora eu tenho pra onde encaminhar, que é o abrigo, mas quando não tinha eu o mantinha aqui para poder alimentar e no outro dia encaminhava para o CREAS, mas ainda há ocorrência de quando tem briga lá no dormitório aí eles vem pra cá, o Pronto de Socorro continua sendo um ponto de referencia para eles repousarem. (Resposta da Ps, quando questionada sobre a expressão da questão social e a atuação do profissional do Serviço Social).

Na busca pelo entendimento de quais as ferramentas podem colaborar para a diminuição dessa expressão da questão social, a assistência informa com clareza os

serviços oferecidos para um melhor atendimento a essa parcela de excluídos da sociedade.

Quais equipamentos corroboram para diminuição dessa expressão da Questão Social?

A rede socioassistencial composta por CRAS, CREAS e demais setores das políticas públicas, a saber: na SEMUSA acionamos os postos de saúde para realização de acompanhamento médico de rotina, programa saúde bucal, Centro de Reabilitação equipe AD – Álcool e Drogas, saúde mental - CAPS; acionamos também a SEMED quando nos é demandado inserção escolar; COFINS para autorização de liberação de ambulante para renda alternativa; acionamos ainda órgãos como DETRAN e Fundação Leão XIII para retirada de documentação. Gostaria de esclarecer que o papel do CREAS neste processo é articular e assegurar o acesso aos direitos desses usuários em todos os serviços que demandarem, porém se de fato conseguirão ser atendidos ou atendidos com dignidade já é uma outra questão. Uma vez que, infelizmente, já se tem um pré-conceito estabelecido sobre esta população. Contudo, nosso trabalho também consiste em desconstruir esses pré-conceitos e garantir um atendimento digno e humano a esses indivíduos. (Resposta da PA, quando questionada sobre os instrumentos que corroboram ao combate dessa expressão da questão social no município de Rio das Ostras).

Para a profissional da área da saúde é difícil visualizar as atividades desenvolvidas pela assistência, uma vez que o ponto de vista e a preparação para o recebimento da demanda de cada área é bem distinta, a profissional da saúde pensa o seguinte com relação aos instrumentos que podem corroborar com a diminuição da expressão da questão social.

Acho que são todos esses que são estipulados pela política do SUAS, que já nomeamos, o Centro POP, restaurante popular, albergue. (Resposta da Ps, quando questionada sobre os instrumentos que corroboram ao combate dessa expressão da questão social no município de Rio das Ostras).

Quando é informada que durante o último governo municipal o trabalho que havia sido iniciado com os moradores em situação de rua foi suspenso, que o ponto de apoio que eles possuíam - uma casa onde eles podiam realizar algumas atividades – foi suspenso, a profissional reforçou o argumento sobre a fragilidade das políticas públicas que são direcionadas para o atendimento dessa população.

[...] então é aí que eu falo que está à fragilidade quando as políticas não estão fundamentadas de uma forma forte no sentido de ter um espaço próprio, no sentido de não ter um projeto porque com certeza isso tem verba, porque pra fazer o restaurante, o centro pop, a assistência recebe verba pra isso, mas isso além de tudo é um questão de gestão do município, pois não é interessante para ele, que proposta eu vou fazer que projeto eu vou fazer pra montar aqui um espaço próprio, que não seja um espaço próprio, mas uma verba direcionada para pagar o aluguel, de um local onde possa ser montado uma base para o acompanhamento e assistência dessas pessoas, a verba para pagar as pessoas que vão atuar com essas pessoas. Porque se faz uma coisa que seja do próprio município, porque aqui tem muito isso, imóveis próprios, depois você não fica com dinheiro para pagar um aluguel ou funcionários, já que são obras onerosas, o Brasil é uma federação que é composta por município, estado e união, e esses três poderes têm recurso

para isso, mas tem que saber quais as necessidades para aplicação das verbas. (Resposta da Ps, sobre a fragilidade das políticas direcionadas para a população de rua).

Outro assunto abordado no trabalho e nas entrevistas realizadas foi com relação à intersectorialidade existente ou não, entre as políticas de saúde e assistência do município de Rio das Ostras.

Você pode dizer se existe a intersectorialidade da rede de RO no atendimento das pessoas que se encontram em situação de rua no município? Sim, a rede está posta, isso é um fato. O que eu sinto necessidade é de materialização desta rede de atendimento. (Resposta da PA, quando questionada sobre a intersectorialidade na rede no município de Rio das Ostras).

Já para a profissional que atua na área de saúde, ela percebe a intersectorialidade como algo mais deficiente, principalmente com relação à falta da política de saúde básica, que o município não a executa da forma que tem que ser, e os serviços oferecidos são bem limitados, pois no que configura a assistência básica de saúde que prevê o atendimento a população de rua através do consultório de rua, uma prática inexistente no município, conforme relato da profissional da saúde.

Você pode dizer se existe a intersectorialidade da rede de RO no atendimento das pessoas que se encontram em situação de rua no município?

Eu já começo a falar pela saúde, que é a área que eu atuo, pra acompanhar essas pessoas nós precisaríamos de atenção básica de saúde e aqui não tem então assim eu posso te dizer do setor saúde não tem o acompanhamento dessas pessoas longitudinal, no tempo, espaço, na rede da sua saúde, mesmo se elas estão em situação de rua elas deveriam ter o acompanhamento pela atenção básica então não tem, e isso já é uma deficiência da intersectorialidade, nem o próprio setor (saúde) funciona. Na saúde mental eu posso te dizer que eu encaminho, mas eu não sei quantos desses que são dependentes de álcool ou qualquer droga psicoativa, quantos deles ficam lá sendo acompanhados, eu não saberia te dizer por que esse atendimento acontece de forma efetiva, então fica difícil para falar de intersectorialidade se agente ainda não tem nada disso realizado. Então o que agente tem de assistência social o que agente tem de saúde voltada para população de rua absolutamente quase nada, porque se você tem uma política de assistência social que deveria ter vários dispositivos tipo Centro POP, Restaurante Popular, albergue e não temos então esses dispositivos da assistência social também não funcionam, então é muito difícil de falar de intersectorialidade, não é porque eu vou encaminhar para o CREAS que existe uma intersectorialidade. Então assim, as políticas tanto da assistência quanto da saúde são muito deficientes para essa população em situação de rua, então não vejo nem a ação de cada uma isolada, muito menos a troca entre elas, isso ainda está muito distante. (Resposta da Ps, quando questionada sobre a intersectorialidade na rede no município de Rio das Ostras).

Quando o assunto se trata da saúde, e dos casos que o CREAS é acionado pelo Pronto Socorro, ou recebem encaminhamentos provenientes da instituição,

assunto que provoca grandes inquietações na assistência, no que diz respeito à saúde, pois para a assistência existe certo descaso da saúde com relação aos atendimentos realizados com as pessoas que vivem em situação de rua, principalmente quando esses são atendidos na unidade de Urgência e Emergência do município.

[...] o grande nó é a saúde, principalmente a saúde no pronto socorro, eu tive varias situações com o pronto socorro, e mesmo estando lá para assegurar o direito do usuário à gente teve problema, não estou aqui falando de nenhum profissional da enfermagem, mas sim com a parte médica, tive vários embates lá dentro, e eu sendo uma funcionaria pública, representando uma instituição, representando uma secretaria, enfim, tive vários problemas que posso listar. Desde o início do nosso trabalho, sempre procuramos os profissionais da saúde, chamamos várias vezes para debates, tentamos mobilizar a rede, realizamos um trabalho de articulação com as secretarias afins, que seriam essenciais para o andamento do trabalho, porque a assistência não dá conta do recado sozinha, a profissional da assistência entende que a assistência é uma política articuladora das outras políticas e ela não vai dar conta de uma questão que é da saúde ou que é da educação, a gente está aqui para articular garantir que esse usuário acesse a política publica, que muitas vezes desemboca na assistência. É aquela situação que você vai à saúde, vai a qualquer outra política publica que não consegue o atendimento, aí o usuário acaba parando na assistência porque acha que lá vai conseguir resolver seu problema, porque existe uma questão cultural de que o Serviço Social da Assistência é o que resolve tudo. Mas não é eu tenho algumas colocações sobre a atuação do Serviço Social nas emergências, porque se o paciente está lá, se as informações estão lá, porque eu tenho que delegar para outro órgão, não estou falando das pessoas em situação de rua, que não tem rede parental, que não tem um familiar para acessar, estou falando de situações que já aconteceram aqui, na semana passada mesmo colocaram uma pessoa na ambulância e mandaram vir pra cá, já recebi pessoa sem roupa aqui só de fralda mesmo, assim são questões que eu fico de cabelo em pé. (Desabafo da P_A, quando o assunto se refere ao atendimento oferecido no Pronto Socorro).

Para ela P_A que já está atuando no município há mais de 10 anos, percebe que essa relação de falta de responsabilização de alguma política ou setor ou instituição nunca muda, ou seja, não existe mudança, é sempre um jogo de empurra, pois muitas vezes a demanda é apenas da saúde e a mesma encaminha o indivíduo para assistência, sem haver necessidade.

E quando o assunto envolve a questão do uso de substâncias psicoativa, além do uso do álcool, os atendimentos realizados no Pronto Socorro a pessoas em situação de rua é, de acordo com a profissional da área da saúde, a maior ocorrência dos casos nos atendimentos realizado por eles.

É comum atender pessoas em situação de Rua no Pronto Socorro que sejam usuários de alguma droga psicoativa ou álcool?

É muito comum. Dependendo da situação em que ele se encontrar, se estiver muito alcoolizado, por exemplo, vai ser solicitado uma avaliação do psiquiatra que atende na emergência, até ele possa sair daquele estado em que se

encontra, para que ele fique sem o álcool por alguns dias, para poder reabilitar um pouco, para ele sair dessa transe que está, podendo assim ser encaminhado para equipe de álcool e drogas do centro de reabilitação, mas depende do nível, e se ele veio pra cá com essa demanda também, se ingerir muita cocaína, isso independente se esse usuário quiser ou não essa ajuda, porque se ele estiver em coma alcoólico ele vai ser atendido querendo ou não, porque ele vai ser atendido pelo médico e depois será encaminhado para o psiquiatra se ele estiver no coma alcoólico, ou se ele estiver em uma overdose de qualquer droga psicoativa, o protocolo é esse, não só para morador de rua, mas qualquer usuário se entrou assim ele vai permanecer em observação e vai aguardar uma avaliação psiquiátrica que é pedido como emergência, que é a porta de entrada para saúde mental e aí esse psiquiatra vai fazer a medicação e quando ele estiver estabilizado ele vai ser encaminhado para o atendimento que achar necessário. (Resposta da Ps, quando questionada sobre a internação e tratamento de moradores de rua que fazem o uso de álcool e drogas).

O que muitas vezes dificulta o tratamento dessas pessoas nessa situação é a falta do CAP's AD em Rio das Ostras, pois é um serviço específico para o cuidado, atenção integral e continuada às pessoas com necessidades em decorrência do uso de álcool, crack e outras drogas psicoativas.

Outra questão que ocorre no atendimento a população de Rua no Pronto Socorro é em relação ao preconceito de outros usuários que dividem espaço de enfermaria, acolhimento e medicação, mas também da equipe profissional que atua na instituição.

É comum receber reclamações de outros pacientes quando são internados juntamente com pessoas em situação de rua? Por quê? Bom é isso que estou te falando, é aquela coisa de diminuir a pessoa, de achar que a pessoa é mal-cheirosa, mal vestida, a pessoa não é bem vista, não é aceita ali, como todos os excluídos da sociedade, então aqui dentro essa exclusão que acontece, não só aqui, mas essa exclusão que já vem da rua se repete, e as pessoas querem mesmo o distanciamento. (Resposta da Ps, quando questionada sobre o incomodo que é causado na internação e tratamento de moradores de Rua no Pronto Socorro).

Dos profissionais:

Como a equipe multidisciplinar realiza o tratamento e o atendimento aos moradores em situação de rua? Utilizam a cartilha humanizada SUS? Você está falando da humanização do SUS, bom existe na verdade é uma política e é pra ser efetivada, mas eu não posso te afirmar que isso acontece na prática, eu vejo que o atendimento a pessoas em situação de rua ainda é muito desqualificado tem vários preconceitos com tudo que existe de pior, assim não tem um acolhimento não tem humanização, é visto como uma pessoa que veio trazer problema para o serviço de saúde. (Resposta da Ps, quando questionada sobre o incomodo que é causado na internação e tratamento de moradores de Rua no Pronto Socorro).

É triste percebermos o quanto ainda temos que caminhar no sentido de vencer as barreiras do preconceito, dos estigmas criados pela sociedade e do afastamento do usuário a um tratamento, devido a uma condição de vida.

Todo forma de preconceito é abominável, quanto mais preconceito criado e praticado por profissionais da área de saúde, não percebendo a fragilidade que o indivíduo/paciente possui com relação aos acessos que lhes são negados, a falta do amor de família, etc., pois essa situação poderia, sim, ser evitada.

Outra questão que é perceptível é que devido a esse preconceito, essa estigmatização sofrida por esse indivíduo, eles são tratados com descaso, e para a profissional da assistência isso é inadmissível.

[...] o que é mais grave é o compromisso ético com o usuário, porque assim, a gente está aqui, a gente faz parte de uma política pública de um sistema, mas o meu compromisso ético é com o usuário está no nosso código de ética, então eu fico revoltada quando eles fazem esse usuário de “ping pong”, eu fico chateada, com o descaso com o usuário... E vem para outro equipamento da rede onde tem outras pessoas sendo atendidas e a ambulância vem e me despeja o homem aqui, é constrangedor para ele, para quem está aqui, para equipe que está aqui. Cadê o respeito e dignidade humana, cadê? Me desculpa mas não dá! Gente era um senhor, e eu falei, sinto muito mais não vai descer, não dá. (Desabafo da PA, quando comentou sobre o fato do Pronto Socorro ter encaminhado um morador de Rua para CREAS sem roupa).

Ela ainda comenta que a instituição CREAS muitas vezes é vista como um “depósito”, aonde chega as mais variadas demandas para serem resolvidas:

[...] a assistência parece um depósito, chega tudo pra ela resolver, e realmente a gente resolve, senta com usuário, conversa com ele, vê a necessidade dele, e de alguma forma tenta dar esse atendimento a ele, mesmo que minimamente, mas a gente tenta suprir aquilo que ele demanda pra gente. (Desabafo da PA, sobre a visão que a rede possui da instituição na qual ela trabalha).

Como podemos perceber, é comum a questão do encaminhamento de pessoas em situação de rua para o CREAS. Com isso foi questionado como é realizado esse acompanhamento dos usuários acolhidos, e também como esses usuários uma vez que são atendidos no Pronto Socorro são encaminhados para o CREAS, e como é realizado o acompanhamento dos indivíduos que teve sua demanda originada no Serviço Social do Pronto Socorro.

Existe acompanhamento para aqueles que procuram o CREAS, se existe como é realizado esse acompanhamento? Sim. Estes usuários são inseridos no PAEFI – PROGRAMA DE ATENDIMENTO ESPECIALIZADO A FAMÍLIA E INDIVÍDUO. Este serviço compreende atenções e orientações direcionadas para a promoção de direitos, a preservação e o fortalecimento de vínculos familiares, comunitários e sociais e para o fortalecimento da função protetiva das famílias diante do conjunto de condições que as vulnerabilizam e/ou as submetem a situações de risco pessoal e social. O atendimento fundamenta-se no respeito à heterogeneidade, potencialidades, valores, crenças e identidades das famílias. O serviço articula-se com as atividades e atenções prestadas às famílias nos demais serviços socioassistenciais, nas diversas políticas públicas e com os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos. Deve garantir atendimento imediato e

providências necessárias para a inclusão da família e seus membros em serviços socioassistenciais e/ou em programas de transferência de renda, de forma a qualificar a intervenção e restaurar o direito. (Resposta da PA, quando questionada sobre o acompanhamento oferecido ao morador de rua no município de Rio das Ostras).

O Serviço Social de uma unidade de urgência e emergência não possui condições de realizar o mesmo acompanhamento aos seus usuários, independente se forem pessoas que se encontram em situação de rua ou não.

Existe acompanhamento para aqueles que são encaminhados para o CREAS? Como é realizado o acompanhamento, e realizado através da referência e contra referência? Não porque a emergência não é um setor, não é um nível do SUS que acompanha as pessoas na rede, a emergência está para receptor o usuário e encaminhar para rede. Na verdade, quem deve acompanhar esse atendimento pelo CREAS... Na verdade, é o próprio CREAS na área da assistência, e se fosse na área da saúde seria a atenção básica de saúde, que seria a saúde da família, que é o atendimento primário do atendimento do SUS onde essas pessoas em situação de rua também são cadastradas, pois a equipe da saúde básica deveria cadastrar as pessoas em situação de rua, pois isso é obrigatório no Estado do Rio de Janeiro - esse público tem o consultório de rua, que é desenvolvido pela atenção básica de saúde, e a equipe do consultório de rua ela é preparada para essa abordagem. Só que o município de Rio das Ostras não é provido dessa política. Pois não se investe nessa área de atenção básica, então não tem como fazer esse acompanhamento, o papel é mesmo emergencial, então fica muito difícil encaminhar para atenção básica de saúde já que essas pessoas passam pelo clínico geral, realizam seus exames de rotina. Nesse caso na rede da saúde não tem como se trabalhar com o ponto de referência e contrarreferência, pois aqui é só a referência, que são os encaminhamentos, porque aqui a gente não vai poder contra- referenciar, pois não é atenção básica, a contra-referencia seria realizada pela atenção básica, pois aqui a gente não acompanha as pessoas; na rede esse acompanhamento deveria ser realizado pela atenção básica de saúde, mas como só existe uma clinica da família, e é localizada no bairro Âncora, e a maioria da população em situação de rua no município que tem em Rio das Ostras está localizada no centro. (Resposta da Ps, quando questionada sobre o acompanhamento oferecido ao morador de rua no município de Rio das Ostras).

Com base nas informações fornecidas pelas profissionais da assistência e da saúde, que contribuíram imensamente com a minha pesquisa, que irá acrescentar grande conhecimento em minha formação, fui à busca de manter um diálogo com os principais atores de meu trabalho, os moradores de rua, que por sua vez contribuíram de forma significativa para o conteúdo do mesmo.

Como mencionado anteriormente, eles não permitiram que eu gravasse a entrevista realizada com eles, não sendo possível expor em forma de texto, por isso colocarei um panorama geral sobre o ponto de vista deles sobre os temas abordados nas entrevistas com as Assistentes Sociais.

Os usuários, que foram à fonte de minha pesquisa, quando questionados com relação ao atendimento que recebem na rede socioassistencial, eles reconhecem o

esforço e dedicação dos profissionais em atender às demandas por eles criadas, e quando questionados pelos serviços oferecidos pelo Centro de Referência Especializado de Assistência compartilham da mesma opinião, de que são muito bem tratados e recebidos pelas profissionais do Serviço Social e por toda a equipe técnica.

No que diz a respeito ao *Abrigo Sorriso*, o qual teve suas atividades iniciadas no ano de 2016, questionei a eles como se sentiam nas dependências do abrigo, e como se sentiam em relação a procurar pelo serviço oferecido.

Os usuários M₁, M₂ e M₄ concordam que o abrigo é um local que lhes “oferece segurança e é acolhedor e agradável”; concordam com as normas estabelecidas pelo abrigo e cumprem o que lhe é devido. Já o M₃ compactua das mesmas opiniões com relação ao local, mas não concorda com os regulamentos estipulados, tendo sido expulso.

Como os dados da estatística são reais e recentes, referentes ao ano de 2017, todos os entrevistados são homens, na faixa etária dos 20 aos 40 anos, procuraram as ruas como lar, devido às pressões vividas dentro de casa, principalmente porque a maioria dos entrevistados são usuário de droga, e para a sustentação do vício acharam melhor opção da rua como lar. Mas, conforme ressaltamos ao longo do trabalho, devemos ter muito cuidado com a forma pela qual nos relacionamos com esse fator relativo às drogas, não apenas para evitar estigmatizações/esteriotipações, mas para não empobrecer a análise (e consequente intervenção) em uma expressão da questão social altamente complexa.

Esse grupo populacional possui a característica de não só estar transformando esses espaços em locais de moradia como também o de utilizar os logradouros públicos como habitat de convívio permanente, de onde extraem uma renda mínima para a sobrevivência.(SIMÕES JUNIOR, 1992,p 17).

Para concretização desse trabalho passei por uma experiência muito relevante para minha vida pessoal e, com certeza, profissional também. Primeiramente aprendi a tratar o indivíduo como ser humano independente de sua situação social ou econômica. No momento em que fui recebida por aqueles que vivem em situação de rua, percebi o quanto eles estão longe dos estigmas criados pela sociedade, que os imaginam pessoas “sujas e mulambentas”, “maltrapilhas e malcheirosas”. Ao contrário, estavam todos bem vestidos, equipados com seus

smartphones, e ornamentados com seus adereços entre jóias, bonés e mochilas, cada um com sua particularidade.

O morador de rua M₁, disse gostar de roupas combinando, e usar bijuterias, reconhecendo que a situação em que se encontra é passageira, uma vez que está em contato com sua família que quer revê-lo.

O M₂, já um senhor de idade, culto e disposto a me contribuir da melhor forma possível com meu trabalho, até se ofereceu para me acompanhar caso eu quisesse realizar a abordagem na concha acústica⁴ com outros moradores de rua.

Já o M₃, um sujeito mais recluso, respondeu apenas o que era perguntado. E o M₄, com um perfil mais agressivo, até mesmo na forma de falar, mesmo porque era o mais novo em situação de rua.

Quando comecei a desenvolver a entrevista, comecei a ouvir relatos que me causaram curiosidade, e até mesmo comoção quando eu pedi para gravar a entrevista e não se sentiram a vontade com isso.

No momento que questionei sobre o atendimento recebido no CREAS, todos elogiaram a equipe de atendimento e acolhimento, dizendo que eram “pessoas fundamentais no resgate da dignidade”, pois “podiam confiar nelas”, na medida em que aquilo que precisavam “a equipe fazia de tudo para conseguir atender suas necessidades”.

Com relação ao motivo que os levou a procurar as ruas, foi quase unânime: relação com dependência química, mas já haviam percebido que “tinham tomado a decisão mais errônea da vida deles”, querendo retomar suas vidas, famílias, estudos, para construir uma nova história na vida de cada um deles.

Quem é usuário de droga é muito habilidoso e inteligente, não são otários, já fiz gente chorar para conseguir dinheiro para conseguir comprar drogas.
(Relato do M₁, falando das artimanhas para conseguir dinheiro para o vício).

Já no que diz respeito à saúde, as opiniões se divergem, questionei qual seria o recurso que eles buscariam em caso de doença, apenas o M₁, disse que procuraria o Pronto Socorro, pois ele não queria morrer no meio da rua, já o M₂, disse que procuraria os Postos de Saúde, da cidade. Já os M₃ e M₄, disseram que não recorrem a nenhum dispositivo da saúde, e sim a um amigo mais próximo, pois as vezes que foram atendidos no Pronto Socorro foram “mal- tratados”, então devido à experiência preferem pedir socorro ao amigo mais próximo.

⁴ Outro local onde as pessoas que se encontram em situação de rua em Rio das Ostras se untam para passar a noite.

Quem está na rua não pode julgar o outro, pois todos eles estão com o mesmo problema. Na rua um ajuda o outro e todo mundo compartilha o que tem. (Relato do M₁, falando da cumplicidade que existe na rua).

Na conversa com eles ainda tive aula de gírias e seus significados:

Na rua não é todo mundo igual, existem os maloqueiros e os baderneiros, os maloqueiros tem um lugar certo para ficarem, eles tem utensílios de cozinha, barracas... e os baderneiros são aqueles que fizeram merda nas suas cidades não podendo permanecer por lá, e continuam fazendo uma merda atrás da outra por onde passam. (Relato do M₁, falando das gírias da rua).

E no intuito de entender melhor o motivo que os levaram a procurar a rua como lar, questionei o que esperavam encontrar nas ruas de Rio das Ostras, e as respostas foram diversas.

O M₁, disse: “ficar na rua é único e exclusivamente para conseguir dinheiro para sustentar seu vício”. O M₂ busca meio de sobreviver lícitamente e ganhar seu dinheiro honesto enquanto não se estrutura novamente no mercado de trabalho, assim ele vai procurando “formas de sobreviver”, fazendo doces para conseguir dinheiro. Perguntei onde ele fazia os doces e o mesmo informou que faz no *abrigo Sorriso*. O M₃, disse que hoje “procura emprego”, mas, como ainda não conseguiu, “realiza bicos”, e pretende conseguir um emprego de carteira assinada. Reconhece também que, de vez em quando, tem recaída com o uso de drogas. Já o M₄ diz que busca emprego, mas que ainda é usuário de drogas e estar nas ruas é a “maneira mais fácil” dele conseguir manter seu vício.

O que podemos verificar com tudo que foi exposto é que a realidade vivida por essas pessoas que vivem nas ruas são bem apresentadas nas bibliografias disponíveis que abordam sobre o assunto, que a busca da rua como lar é resultado de uma complexidade de fatores, como a quebra de vínculo familiar, o desemprego, o acesso “mais fácil” para sustentar o “vício”, a fragmentação e precariedade de políticas públicas etc. Para enfrentar essa expressão da questão social, é necessário o trabalho contínuo e mútuo dos profissionais de Serviço Social em toda a rede de atendimento a esse público. Além de ser incipiente a política de assistência no município de Rio das Ostras como forma de enfrentamento a essa expressão da questão social, bem como a precária a intersetorialidade e as orientações profissionais dos demais Assistentes Sociais que não são da política de assistência.

Portanto, o tema tratado nesse trabalho de conclusão de curso é de extrema importância, pois essa complexa expressão da questão social, que vem crescendo

nas cidades brasileiras, é um sinal de alerta para que debates sejam travados e mais estudos sejam feitos sobre assunto.

Considerações finais

A pesquisa apresentada teve como objetivo analisar a situação de Rua em Rio das Ostras, concebida como uma complexa, heterogênea e difícil expressão da

questão social. Além do mais, a pesquisa enfocou as políticas públicas desenvolvidas para essa parcela da população, possibilitando-nos, assim, refletir sobre os rebatimentos levantados na atuação do Serviço Social para com essa demanda tão crescente.

Ao longo do estudo pude constatar diversos problemas que envolvem essa parcela da população, uma população tão visível e invisível ao mesmo tempo. Visível para a sociedade, que faz com que o preconceito sobre eles seja crescente, e invisível para aqueles que governam estados e municípios. Outra dificuldade encontrada ao produzir essa pesquisa envolve a literatura que é disponibilizada para o assunto, ainda mais no âmbito do Serviço Social.

Porém, dificuldades colocadas de lado, e finalmente o estudo pôde ser apresentado por meio do presente Trabalho de Conclusão de Curso. Inicialmente, Apresentamos um panorama geral sobre quem são como vivem e como alguns chegaram a fazer parte do contingente daqueles que buscaram a rua como lar. Esse panorama foi debatido por meio de uma breve contextualização histórica de um processo que ocorre no mundo como um todo, com o intuito de inserir a realidade no Brasil e, principalmente, no município de Rio das Ostras em um quadro mais amplo de referências (sem desconsiderar as especificidades do país e do município).

Foi com o crescimento dessa demanda populacional e com a pressão de setores organizados da sociedade civil (como os próprios Assistentes Sociais e entidades representativas de pessoas em situação de rua) que algumas políticas foram desenvolvidas para tratar essa crescente expressão da questão social. Assim, a pesquisa realizada proporcionou um entendimento daquilo que é prometido e daquilo que realmente é oferecido, tanto em questão nacional como no âmbito municipal.

É visível que muito se avançou no que diz respeito à garantia de direitos dessa população, desde o início da sua implementação no país. Mas, muito ainda há de ser conquistado, principalmente com relação à aplicabilidade das políticas sociais voltadas para essa população, no que diz respeito à habitação, saúde, assistência, dentre outras. Algumas conquistas já foram realizadas, mas outras de cunho vital e, nem tão onerosas, ainda estão longe de conseguir atender a demanda nacional, como políticas de abrigagem, restaurantes populares, centros de apoio, como o Centro Pop, casas de passagem, entre outras políticas que poderiam ser mais acessíveis a essa parcela da população.

Então, se para o atendimento nacional esse resultado não é satisfatório, não seria diferente no âmbito regional ou municipal, ao qual foi referenciado durante a realização da pesquisa. Em Rio das Ostras, o trabalho que foi iniciado em 2008 pela Secretaria de Bem Estar Social teve um avanço significativo, mas não eficaz em sua totalidade, devido à descontinuidade entre os anos de 2013 a 2016. Durante esse período muito poderia ter sido realizado, mas, por falta do interesse governamental não foi feito, e ainda nesse mesmo período o trabalho iniciado anteriormente só não se foi totalmente perdido devido à atuação e dedicação dos profissionais da rede de proteção no Centro de Referência Especializado da Assistência Social, CREAS, que traz na Tipificação Nacional, Resolução nº 109, oferecendo o atendimento e acolhimento a pessoas em situação de rua.

Percebemos então que todas as políticas sociais desenvolvidas para a população, em geral, só é garantida se houver interesse governamental e financeiro, que possa garantir algum retorno à classe política e aos seus grupos de apoio, incluindo financiadores de campanhas. E, nesse caso, o município que possui e mantém centros de apoio como o Centro POP, passam a ser referência em suas proximidades. Podemos perceber, com isso, que, infelizmente, e, até então, não é de interesse do nosso município possuir referência no que diz respeito aos moradores de rua.

Por isso, aqueles que sofrem com a marginalização da sociedade são deixados de lado, e esse contingente tem sido um número cada vez mais expressivo. E com o crescimento dessa demanda, o profissional de Serviço Social precisa se manter empenhado em enfrentar a precarização extremada de condições de vida dessa parcela da população, através da busca da garantia de seus direitos fazendo com que essa passagem pelas ruas seja algo momentâneo. Garantindo a eles a construção de uma nova identidade social, na qual aquilo que o Assistente Social constrói ao lado desse indivíduo seja muito importante para a reintegração deste à sociedade civil.

Por isso, não se pode deixar de lado e nem tapar os olhos para a grande importância desse profissional na vida desse indivíduo, permitindo a ele a garantia de seus direitos enquanto ele está na rua procurando respostas. Ressaltando ainda a importância do profissional de Serviço social na construção do ser social e da reinserção do mesmo na sociedade civil. E assim percebemos durante o desenvolvimento deste estudo a importância das políticas sociais como instrumentos

de intervenção nos problemas e contradições sociais. Ato contínuo, assim constatamos que as políticas sociais exercem papel fundamental na atuação do Serviço Social, e é na busca por melhorias e aplicabilidade dessas políticas que escolhemos essa profissão: para que através do trabalho desenvolvido, do que foi apreendido durante o curso, que possamos buscar para a população a garantia aos direitos, a garantia as políticas a todos que necessitam delas.

Averiguamos por meio de nossas pesquisas que em Rio das Ostras as condições que hoje se encontram esses moradores de rua são muito precárias, pois devido à falta de políticas públicas específicas para essa parcela da população estão desprovidos de atendimento à saúde, junto à rede de saúde básica, estão desprovidos de um abrigo oferecido pelo município, pois o existente na cidade é constituído e mantido pelo terceiro setor, desprovidos de um restaurante popular, que possam lhes proporcionar refeições regulares, entre tantas outras mazelas enfrentadas por eles. Muito já foi feito até aqui, mas há muito mais para se fazer.

Referências bibliográficas

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. Política Social: fundamentos e história. 9.ed.São Paulo:Cortez, 2011.

BEHRING, Elaine. Brasil em contra-reforma-desestruturação do Estado e perda de direitos. SP: Cortez, 2003

BRASIL, Cofinanciamento de serviços ofertados pelos Centros de Referência de 2010. Brasília, 2010.

BRASIL, Lei nº 8.742. Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS). Brasília: DF, 7 de Dezembro de 1993 Especializados de Assistência Social (CREAS), Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua (Centros POP). Portaria Nº 843, de 28 de dezembro - 3ª EDIÇÃO atualizada em 5 de Fevereiro de 2016.

BRASIL, Ministério da Saúde. Portaria. Política Nacional de Atenção Básica. n. 2488, de 21 de outubro de 2011. Brasília, 2011.

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Manual sobre o cuidado à saúde junto à população em situação de rua. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2012c. (Série A. Normas e Manuais Técnicos). (verificar se está referenciado de forma correta)

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS. Brasília: MDS. Resolução nº 09, de 18 de abril de 2013.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. I Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília, 2006.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro Pop. Brasília: ed. Brasil, 2011.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Rua: aprendendo a contar: Pesquisa Nacional Sobre a População em Situação de Rua. Brasília: MDS: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação: Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília, 2009.

BRASIL, Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7053.htm. Acessado em 13/07/2016.

BRASIL, Política Nacional para População em Situação de Rua. Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009.

BRASIL, Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro, de 2009.

COSTA, Ana Paula. População em situação de rua: Contextualização e caracterização, Textos & Contextos, Revista Virtual Nº4, ano IV, dez.2005.

FERREIRA, Frederico Pole; Martins; MACHADO, Sulamita Crespo Machado. Vidas Privadas em Espaços Públicos: O Caso dos Censos da População de Rua em Belo Horizonte Conceitos e Exclusão. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2007. Disponível em: <http://www.eg.fjp.mg.gov.br/index.php/apresentacao/227-institucional/publicacoes/2461-publicacoes-de-2007>. Acessado em: 15/07/2017

FRANGELLA, Simone. Corpos errantes urbanos: uma etnografia da corporalidade de moradores de Rua em São Paulo. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 5ª edição; São Paulo, Cortez, 2001.

_____. Os espaços sócio Ocupacionais do assistente social. In: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. CEFESS e ABEPSS, Brasília: 2009.

MENTZ, Letícia de Mesquita. Abrigo para adultos em situação de rua. Trabalho de conclusão de curso – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

MONTAÑO, Carlos. Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2002.

PIZZATO, Rejane Margarete Scherolt. A trajetória do protagonismo dos grupos e dos movimentos da população em situação de rua. IN: A Rua em Movimento: debates acerca da população adulta em situação de rua na cidade de Porto Alegre. 1ª ed. Belo Horizonte: Didática Editora do Brasil, 2012.

QUINTÃO, Paula Rochlitz. O Sujeito (oculto) e a cidade; A arte de Wodiczko. São Paulo: IDE, 2008 v.31, n.46. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ide/v31n46/v31n46a20.pdf>. Acessado em 15/07/2017

ROSA, Cleisa. Vidas de Rua. São Paulo: Hucitec. 2005.

SÃO PAULO. Regulamentação ao Programa de Braços Abertos. Decreto municipal nº 55.067, de 28 de abril de 2014.

SCHREIDER, Erika; MONTEIRO, Márcia Valéria de Carvalho. Serviço Social e a atenção a saúde, IN: O Serviço Social na teoria e prática: os desafios contemporâneos. 1ª ed. Rio de Janeiro: SUAM, 2013.

SCHUCH, Patrice; GEHLEN, Ivaldo. A Situação de rua para além de determinismos: explorações conceituais. In: DORNELES, Aline; OBST, Júlia e SILVA, Marta (Orgs). (Org.). A Rua em Movimento: debates acerca da população adulta em situação de rua na cidade de Porto Alegre. 1ed. Belo Horizonte: Didática Editora do Brasil, 2012, v. 1.

SILVA, Maria Goreti da; CALDAS, Jane de Oliveira Pinto. Nas entrelinhas do trabalho de conclusão de curso do Serviço Social, IN: O Serviço Social na teoria e prática: os desafios contemporâneos. 1ª ed. Rio de Janeiro: SUAM, 2013.

SILVA, Maria. Trabalho e população em situação de rua no Brasil. São Paulo: Cortez, 2009.

SIMÕES JUNIOR, José Geraldo. Moradores de rua. Publicações Pólis. São Paulo, PÓLIS, n. 7, 1992.

SPOSATI. Aldaiza de Oliveira. et alli. A assistência social na trajetória das políticas sociais: uma questão em análise. São Paulo: Cortez, 1985.

_____. Especificidade e intersetorialidade da política de assistência social. Serviço Social e Sociedade 77. Cortez editora. São Paulo. Março, 2004.

VIEIRA, M. A. C.; BEZERRA, E. M. R. & ROSA, C. M. M. (org.). População de Rua: Quem é, Como Vive, Como é Vista. São Paulo: Editora Hucitec. 1992.

WACQUANT, Loïc. As Prisões da Miséria. Paris: Raisons d'Agir. 1999.

YASBEK, Maria. Carmelita. As ambigüidades da Assistência Social Brasileira após 10 anos de LOAS . Revista Serviço Social & Sociedade, ano XXV, nº 77, p. 11-29, mar. 2004.